

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE INDÍGENA



2024

Luís Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana

Ministro da Educação

Jaime Cavalcante Alves

Reitor do IFAM

Rosângela Santos Silva

Pró-Reitora de Ensino

Paulo Henrique Rocha Aride

Pró-Reitor (a) de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Francisca Moraes de Lima

Pró-Reitora de Extensão

Fábio Teixeira Lima

Pró-Reitor (a) De Administração e Planejamento

Carlos Tiago Garantizado

Pró-Reitor (a) de Desenvolvimento Institucional

Renato Valadares de Sousa Moreira

Diretor(a) Geral do *campus* São Gabriel da
Cachoeira

David Silva Nogueira

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão *campus*
São Gabriel da Cachoeira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria N° 360/GAB/IFAM/CSGC, DE 21 de agosto de 2024 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico de Curso da Especialização Técnica em Saúde Indígena.

PRESIDENTE	I. Edvan Ferreira Meneses, Professor EBTT, matrícula SIAPE n° 3417854
MEMBROS	II. Eleucimar Monteiro da Cunha, Professora EBTT, matrícula SIAPE n° 2331786;
	III. Ivan da Silva Mendonça, Professor EBTT, matrícula SIAPE n° 2378939;
	IV. Joscival Vasconcelos Reis, Professor EBTT, matrícula SIAPE n° 1769682;
	V. Julyanne dos Santos Nolêto, Professora EBTT, matrícula SIAPE n° 3363106;
	VI. Maria Rosineide Gama Feitosa, Professora EBTT, matrícula SIAPE n° 1014943;
	VII. Manoel de Jesus da Silva Pereira, Professor EBTT, matrícula SIAPE n° 1251962;
	VIII. Thais Moreira Gomes, Professora EBTT, matrícula SIAPE n° 1178049;

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2.	JUSTIFICATIVA	7
3.	HISTÓRICO DO IFAM	9
3.1	O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS	9
3.2	A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	11
3.3	A ESCOLA AGROTÉCNICA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	11
3.4	O IFAM NA FASE ATUAL	12
4.	FUNDAMENTOS LEGAIS E TEÓRICOS DE OFERTA DO CURSO	13
5.	OBJETIVOS	13
5.1.	OBJETIVO GERAL	13
5.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
6.	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	14
6.1.	PÚBLICO ALVO	14
6.2.	PRÉ-REQUISITOS	14
6.3.	PROCESSO SELETIVO	14
6.4.	TRANSFERÊNCIA	15
6.5	DESLIGAMENTO DO DISCENTE	16
7.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE ACORDO COM O Erro!	
	Indicador não definido.7.1.POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	
	17	
7.2.	ITINERÁRIO FORMATIVO	18
8.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
8.2.	PRÍNCIPIOS PEDAGÓGICOS	19
8.3.	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	21
8.4.	MATRIZ CURRICULAR	23
8.5.	EMENTÁRIO DO CURSO (de Agroecologia, por exemplo)	24
9.	PRÁTICA PROFISSIONAL	34
10.	PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO – PCCT	35
11.	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS	36

12.	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DO PROCESSO AVALIATIVO	37
12.2.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	38
12.3.	NOTAS	39
12.4.	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	40
12.5.	CRITÉRIO E PROCEDIMENTOS DO PROCESSO AVALIATIVO	41
12.6.	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	42
12.7.	EXAME FINAL	42
12.8.	CONTROLE DE FREQUÊNCIA	43
13.	CERTIFICADOS E DIPLOMAS	43
14.	BIBLIOTECA, INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTOS	44
14.2.	BIBLIOTECA	44
14.3.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	45
15.	COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	52
15.2.	COORDENAÇÃO DO CURSO	52
15.3.	COLEGIADO DO CURSO	53
15.4.	CORPO DOCENTE DO CURSO	53
15.5.	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	54
16.	REFERÊNCIAS	54
	Apêndice A – Programa de disciplinas	56

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome da Especialização:	Especialização Técnica em Saúde Indígena
Nível:	Pós-Técnico de Enfermagem
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde
Carga Horária das Disciplinas:	300h (no mínimo 25% da CH indicada no CNTC)
Carga Horária das Práticas Profissionais:	100h (no máximo 25% da CH do curso)
Carga horária Total da Especialização:	400h
Regime de Matrícula:	Anual
Tempo de Duração do Curso:	6 meses
Prazo máximo de Integralização:	12 meses
Periodicidade de Oferta:	Anual
Local de Funcionamento:	<i>campus</i> São Gabriel da Cachoeira
Distribuição de Vagas:	30 vagas
Modalidade:	Presencial
Turno de Funcionamento:	Noturno

2. JUSTIFICATIVA

O Brasil é um país pluricultural, com mais de 300 povos indígenas. O público estudantil atendido pelo IFAM campus São Gabriel da Cachoeira, apresenta características específicas e com necessidades diferenciadas de outras localidades do estado do Amazonas, revelando-se majoritariamente indígena, proveniente de escolas públicas e em condições econômicas fragilizadas pela natureza das atividades remuneratórias do núcleo familiar, em grande parte de natureza autônoma, atuantes no mercado informal e agricultura familiar de baixa produtividade.

Segundo censo do IBGE, em 2023 o município de São Gabriel da Cachoeira, onde residem 51.795 mil habitantes possuem em extensão territorial de 109.192,562 Km², duas vezes as dimensões de todo o Estado do Rio de Janeiro. Sendo o município de maior diversidade étnica do Amazonas, onde convivem cerca de vinte e três etnias, com registro de quatro línguas cooficiais, além do português. Sendo estas: nheengatu, tukano, baniwa e mais recente o Yanomami.

A partir deste contexto chega à sala de aula reflexos da diversidade sociocultural e educacional que requerem ações e serviços de apoio pedagógico, para os quais o campus conta com a contribuição do corpo docente e técnico-administrativo para condução e execução das ações pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, o município possui uma demanda crescente por profissionais de saúde qualificados para atender às necessidades da população indígena que apresenta um perfil **epidemiológico diferenciado**, com maior prevalência de **doenças infecciosas, doenças crônicas não transmissíveis, saúde mental e violência**. Além disso, os povos indígenas possuem uma cultura e uma cosmovisão próprias, que devem ser respeitadas na prestação de serviços de saúde.

A oferta de uma Especialização Técnica em Saúde Indígena justifica-se ainda pela necessidade urgente de formação especializada que possa atender de maneira eficaz e culturalmente sensível às necessidades de saúde das comunidades indígenas. Esta especialização visa preparar profissionais altamente capacitados para atuarem na atenção à saúde, com um enfoque particular nas especificidades e particularidades das populações indígenas.

As comunidades indígenas têm sistemas de saúde e práticas culturais únicas que demandam um conhecimento especializado para serem compreendidas e respeitadas adequadamente. A Especialização Técnica em Saúde Indígena é fundamental para que

os profissionais possam oferecer cuidados que respeitem as tradições, crenças e práticas culturais dessas comunidades, promovendo um atendimento mais humanizado e eficaz.

O sistema de saúde indígena abrange diversas dimensões, desde práticas de cuidado tradicionais e preventivas, até a atenção com condições de saúde mais complexas e o acesso a serviços especializados. Profissionais capacitados a atuar em todos esses níveis são essenciais para garantir uma abordagem integral e coordenada, que considera a totalidade das necessidades de saúde das comunidades indígenas.

A especialização visa resolver a carência de profissionais preparados para enfrentar os desafios específicos da saúde indígena. A capacitação adequada permitirá que os profissionais atuem efetivamente no atendimento às populações indígenas, melhorando o acesso aos serviços de saúde e a qualidade dos cuidados oferecidos. Além disso, a formação especializada contribui para a redução das disparidades de saúde e a promoção de um atendimento mais equitativo.

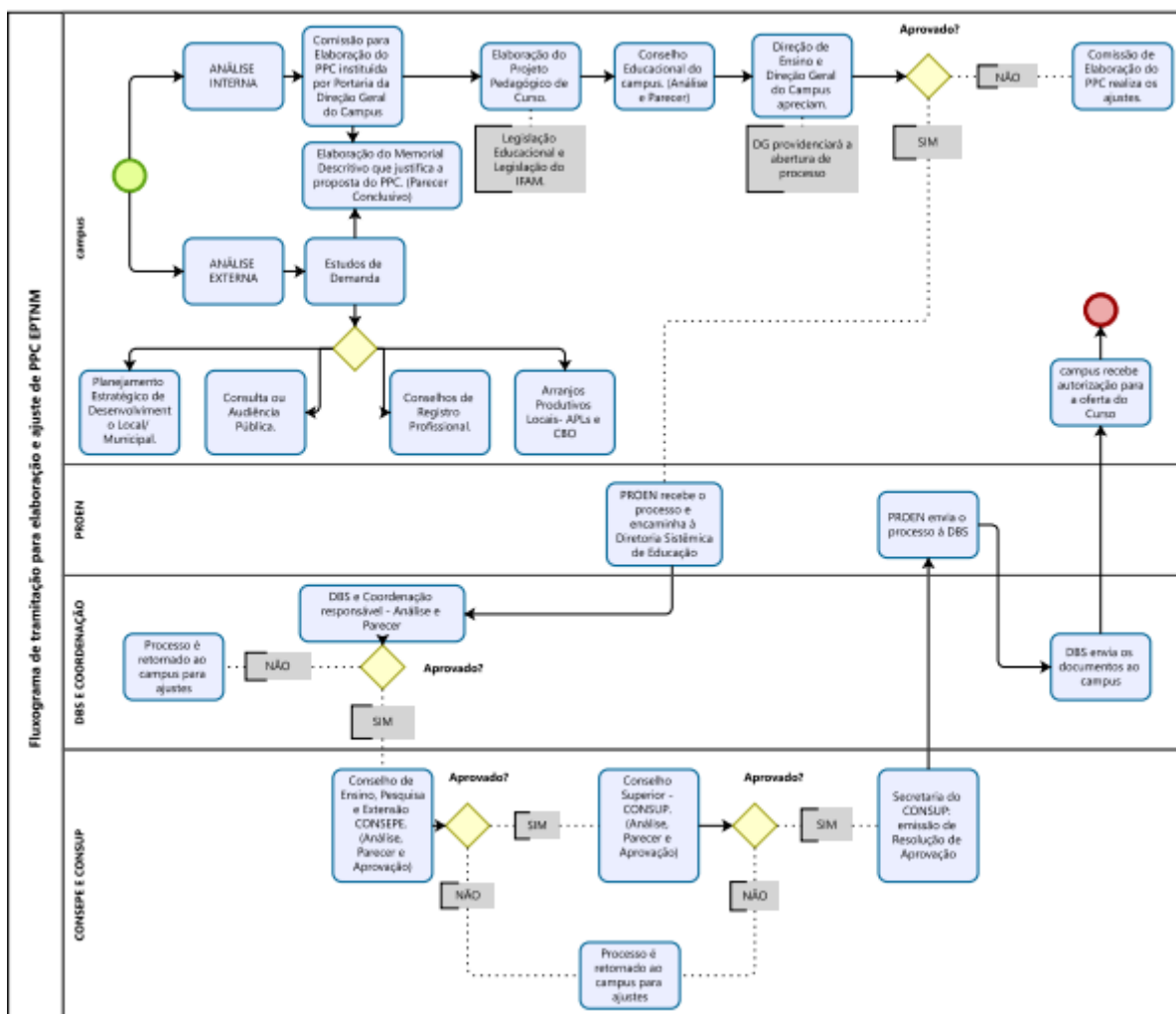
A Especialização Técnica em Saúde Indígena promoverá a integração dos conhecimentos tradicionais indígenas com as práticas e evidências científicas contemporâneas. Isso resulta em uma abordagem de saúde mais completa e eficiente, que valoriza os saberes locais e promove a colaboração entre práticas tradicionais e modernas.

Profissionais formados na Especialização Técnica em Saúde Indígena estarão aptos a trabalhar em diversos contextos e níveis de atenção, incluindo a atenção básica nas comunidades remotas, a coordenação de serviços de saúde mais complexos e a implementação de políticas públicas. Essa versatilidade é crucial para responder às diversas necessidades e contextos das comunidades indígenas.

A especialização contribuirá para o fortalecimento da rede de saúde indígena, formando profissionais que podem atuar não apenas em nível local, mas também em funções de coordenação e liderança. Isso ajudará a garantir que as comunidades indígenas tenham acesso a serviços de saúde de alta qualidade e a uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Em resumo, a oferta da Especialização Técnica em Saúde Indígena é uma resposta essencial para atender às necessidades específicas e complexas das comunidades indígenas, promovendo um atendimento que respeite e valorize suas culturas e tradições. Esta especialização visa preparar profissionais capacitados para atuar de maneira eficaz em todos os níveis de atenção, garantindo um atendimento integral e adequado às realidades e desafios enfrentados pelas populações indígenas.

FIGURA 1 -FLUXOGRAMA PARA APROVAÇÃO DE NOVOS CURSO EPTNM – 2024



Fonte PROEN/2024

3. HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionaram aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio

Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Desse modo, em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizadas - UNED Coari), *campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcrevemos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

3.1 O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado do Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em

uma chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá. A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou, no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *campus* Manaus Distrito Industrial.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Após o Decreto de 26 de março de 2001, com a sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passou a ofertar, além da Educação Profissional Técnica, Cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de

dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

3.2 A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS

O IFAM *campus* Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro de 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *campus* **Manaus Zona Leste**.

3.3 A ESCOLA AGROTÉCNICA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O *campus* São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41. No período compreendido entre 1988 e 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária à sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária. Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, ***campus* São Gabriel da Cachoeira**.

3.4 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, o IFAM já conta com catorze *campi* e três *campi* avançados, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Iranduba e Boca do Acre.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

4 FUNDAMENTOS LEGAIS E TEÓRICOS DE OFERTA DO CURSO

O Programa e a oferta dos Cursos de Especialização Técnica em Saúde Indígena encontram-se fundamentados legalmente nas seguintes leis, resoluções e decretos das áreas técnicas formativas: Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986; Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987, que regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986; Resolução COFEN nº 609, de 1º de julho de 2019; Lei nº 5.905/73, de 12 de julho de 1973; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e as suas leis complementares; Resolução CNE/CEB nº 04/99; Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.364, de 20 de dezembro de 1996; Resolução nº 6/CEB/CNE, de 20 de setembro de 2012; Resolução COFEN nº 209/2019; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei Federal nº 9.394/96; Decreto Federal nº 2.208/97; Resolução CONSEPE/UFPB nº61/2014 e demais legislações vigentes.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais qualificados para atender indivíduos, famílias e comunidades, com foco na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, levando em consideração as diversidades étnicas, culturais, epidemiológicas e sanitárias que influenciam a saúde da população indígena.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais críticos e reflexivos que respeitem o espaço étnico-sociolinguístico e cultural, capacitados para transformar o processo de trabalho na saúde por meio da qualidade da assistência.

- Capacitar profissionais para atender às especificidades epidemiológicas e sanitárias na rede de atenção à saúde indígena.
- Aplicar princípios técnico-científicos e éticos, integrando pressupostos da interculturalidade e da atenção diferenciada à saúde indígena.

6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

6.1 PÚBLICO-ALVO

O Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena será oferecido aos profissionais que tiverem concluído o Curso Técnico em Enfermagem.

6.2 PRÉ-REQUISITOS

Para ingresso no Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena, o candidato deverá obedecer aos seguintes critérios:

- a) Possuir o Curso Técnico em Enfermagem concluído, devidamente comprovado por meio de um diploma emitido por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação ou declaração de conclusão de curso, com validade de 60 dias. O curso é destinado a profissionais autônomos e/ou vinculados a organizações públicas ou privadas, atuantes ou não, que desejam ampliar seus conhecimentos na área da Saúde Indígena;
- b) Ter sido aprovado em processo seletivo, conforme disposto em edital específico para ingresso no ano corrente de oferta da referida Especialização Técnica em Saúde Indígena;
- c) Ter sua matrícula efetivada e homologada, dentro do período e com a documentação exigida de acordo com edital.

6.3 PROCESSO SELETIVO

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - *Campus* São Gabriel da Cachoeira e serão aplicados por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró- Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – Apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

Cada processo de admissão no curso será regido por um edital específico, amplamente divulgado, que incluirá: a abrangência do campus em relação ao polo territorial, o número de vagas, a forma curricular integrada, o período e local de inscrição, a documentação exigida, os critérios de avaliação e classificação dos candidatos, a divulgação dos selecionados, os procedimentos de matrícula, o turno de funcionamento e a carga horária total do curso.

Adicionalmente, a oferta e o número de vagas para o Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena serão ajustados com base na análise e avaliação contínua da demanda e da disponibilidade de postos de trabalho. É importante ressaltar que somente serão classificados os candidatos que apresentarem, no ato da matrícula, a documentação comprobatória de conclusão do Curso Técnico em Enfermagem no Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde.

6.4 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

6.5 DESLIGAMENTO DO DISCENTE

O cancelamento de matrícula é o ato formal pelo qual o discente é desligado da instituição. Esse procedimento é realizado pela Coordenação de Registros Acadêmicos, ou órgão equivalente do campus, a qualquer momento, por solicitação do discente, mediante protocolo, ou automaticamente (BRASIL, 2015).

O cancelamento automático da matrícula dar-se-á nas seguintes circunstâncias:

- I – quando o discente não comparecer às aulas após o início das atividades acadêmicas do ano/semestre letivo, injustificadamente, transcorridos 10 (dez) dias letivos ininterruptos, devendo ser comprovado por listas de frequência no período correspondente;
- II – por abandono de curso quando o discente apresentar reprovação por falta no semestre em curso;
- III – por comprovação de irregularidade de matrícula;
- IV – por atos indisciplinares classificados como gravíssimo, nos termos da Resolução que trata de tal matéria; e

O cancelamento de matrícula não ocorrerá, nas situações previstas nos incisos III e IV, caso o discente apresente justificativa deferida pela Equipe Pedagógica e Colegiado de curso.

7. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O profissional formado no curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena deverá exercer suas atividades com competência e conforme o perfil profissional do curso Técnico em Enfermagem, conforme estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e nas Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, desenvolvidos pelo Ministério da Educação.

O Especialista Técnico em Saúde Indígena é um profissional comprometido com a promoção da saúde, respeitando as especificidades culturais, sociais e ambientais das comunidades indígenas. Ele possui conhecimentos técnicos, científicos e éticos que o capacitam a atuar de forma integral e humanizada na assistência à saúde dos povos indígenas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento das práticas de saúde comunitária.

Esse profissional deverá ser capaz de:

- Compreender e respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas, integrando saberes tradicionais e científicos na prática de cuidado em saúde;
- Realizar atendimentos de enfermagem preventiva, curativa e de reabilitação, considerando as especificidades culturais e epidemiológicas das comunidades indígenas;
- Promover ações de educação em saúde nas comunidades para a prevenção de doenças e promoção do autocuidado;
- Identificar e intervir em situações de agravos à saúde nas comunidades indígenas, respeitando suas crenças e valores;
- Participar de ações de vigilância epidemiológica e controle de doenças endêmicas nas comunidades indígenas, em colaboração com a equipe multidisciplinar de saúde;
- Desenvolver ações e estratégias de saúde comunitária, em parceria com lideranças locais e Instituições de saúde;
- Contribuir para a construção de políticas públicas de saúde indígena, baseadas em princípios de equidade, inclusão e respeito aos direitos dos povos originários.

Essas competências visam capacitar o profissional para atuar de forma ética, responsável e comprometida com a promoção da saúde e o bem-estar das populações indígenas, contribuindo para a redução das desigualdades em saúde e a valorização das práticas de saúde tradicionais e interculturais.

7.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Especialista Técnico de Nível Médio em Saúde Indígena possui um amplo leque de possibilidades de atuação que se concentram na promoção da saúde e bem-estar das comunidades indígenas. Este profissional pode trabalhar diretamente nas aldeias, em equipes multidisciplinares, oferecendo cuidados de enfermagem preventiva, curativa e de promoção da saúde, adaptados às necessidades culturais e epidemiológicas específicas dessas populações.

Além disso, pode se envolver em ações de educação em saúde, gestão de programas de atenção básica, desenvolvimento de políticas públicas e pesquisa científica voltada para o contexto da saúde indígena. Sua atuação é fundamental para garantir o acesso equitativo e de qualidade aos serviços de saúde, respeitando e fortalecendo as práticas de saúde tradicionais e interculturais das comunidades.

7.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

A organização curricular do Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena segue as diretrizes estabelecidas pela legislação educacional vigente, incluindo a LDB nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e outros normativos pertinentes ao campo da saúde indígena.

A matriz curricular é composta por disciplinas organizadas em três módulos, totalizando 400 horas, sendo 300 horas destinadas à formação teórica e 100 horas à prática. Finalizando com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização Técnica.

A proposta metodológica do curso valoriza a integração entre teoria e prática, buscando a relevância dos conhecimentos para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Para isso, são adotados procedimentos didáticos diversificados, incluindo atividades teóricas, práticas contextualizadas, projetos e visitas técnicas.

Os principais tópicos abordados no curso incluem:

- Territórios e Povos Indígenas no Brasil: Conhecimento das características geográficas, culturais, históricas e sociais das comunidades indígenas.
- Saúde, Doença e Atenção nos Territórios Indígenas: Estudo das principais questões de saúde enfrentadas pelas populações indígenas.
- Política de Saúde e Atenção Primária no Brasil e na Saúde Indígena: Análise das políticas públicas de saúde e sua aplicação nas comunidades indígenas.

- Promoção e Educação em Saúde Indígena: Desenvolvimento de estratégias educativas e de promoção da saúde adaptadas à realidade cultural das comunidades.
- Processo de Trabalho do Técnico em Enfermagem: Capacitação para o exercício da enfermagem em contextos indígenas, incluindo habilidades técnicas e éticas.
- Saúde da Família, Mulher, Criança, Jovem, Adulto e Idoso Indígena: Atendimento e cuidados de enfermagem específicos para cada grupo populacional indígena.
- Urgência e Emergência em Área Indígena: Preparo para o atendimento de situações de urgência e emergência nas comunidades indígenas.
- Saúde e Natureza: Integração dos conhecimentos sobre saúde humana e ambiente natural, incluindo práticas tradicionais de saúde.
- Metodologia da Pesquisa Científica: Desenvolvimento de habilidades de pesquisa aplicada à saúde indígena.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Considerando a importância de compartilhar e integrar a atividade docente e discente, a proposta metodológica do Curso de Especialização Técnica em Enfermagem em Saúde Indígena, parte do princípio de que os saberes sistematizados deverão ter significado e relevância na trajetória pessoal e profissional dos sujeitos da relação pedagógica. Para isto, toma-se como ponto de partida a prática social do estudante, os conhecimentos trazidos de sua vida, bem como, as suas expectativas e necessidades diante do que está para ser conhecido e construído.

8.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

O Curso de Especialização Técnica em Enfermagem em Saúde Indígena, inserido no eixo de Ambiente e Saúde do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) e orientado pelas Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, apresenta-se como proposta educacional contextualizada, por meio do respeito às particularidades culturais, sociais e ambientais da região do complexo etnoeducacional do Rio Negro, na Amazônia. Para tanto, por base, busca responder às demandas sócio-históricas dos sujeitos reais do referido território.

Os princípios basilares, portanto, visam construir uma formação em Enfermagem que seja não apenas competente do ponto de vista técnico, mas também comprometida socialmente, sensível culturalmente e consciente ambientalmente, capaz de responder às necessidades específicas das comunidades indígenas.

Por isso, o diálogo, a atitude de abertura e a contextualização sociocultural e ambiental são alicerces do curso, a partir do reconhecimento profundo e da valorização das práticas de saúde tradicionais dos povos indígenas as quais dialogam com a estruturação do binômio saúde-cuidado no âmbito das Ciências da Saúde e da Vida. Isso inclui a integração dos saberes ancestrais ao currículo, em escuta constante às comunidades. Além disso, o ambiente amazônico é um laboratório vivo, no qual a biodiversidade e os desafios ambientais são incorporados à formação, promovendo uma compreensão aprofundada das interações entre saúde e meio ambiente.

Desse modo, ao se propugnar o trabalho como princípio educativo, o curso possibilitará que a formação técnica esteja intimamente ligada à prática profissional. Isso se concretiza por meio de visitas técnicas, atividades práticas realizadas nas comunidades indígenas, permitindo que os estudantes apliquem seus conhecimentos teóricos em situações reais. A educação interdisciplinar e interprofissional funciona, nesse aspecto, como amálgamas, que reforçam a importância do trabalho em equipe e do cuidado integral à saúde.

Além disso, a pesquisa como princípio pedagógico permite orientar a formação profissional através da promoção da pesquisa científica densamente contextualizada, que estimule a investigação aplicada às necessidades específicas das aldeias indígenas. Essa pesquisa deve ser participativa e dialógica, com estudantes e professores colaborando com as comunidades para identificar problemas, levantar dados e desenvolver intervenções, sempre respeitando os saberes e práticas locais, de acordo com a legislação e os protocolos de acesso e consulta aos Povos Indígenas.

A formação resultante será, necessariamente, crítica e transformadora, não se exaurindo apenas à capacitação técnica como um fim em si mesma, mas consolidando práticas profissionais engajadas e emancipatórias. O curso promoverá a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu papel na promoção da saúde e no fortalecimento das comunidades indígenas, comprometidos com a redução das desigualdades e com a promoção da equidade em saúde.

As metodologias ativas de aprendizagem, incorporadas ao processo de ensino, com o uso de abordagens como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), para

desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas complexos relacionados à saúde indígena. As tecnologias educacionais, apropriadas ao contexto amazônico, incluem o uso de recursos audiovisuais, plataformas de ensino a distância e materiais didáticos adaptados às realidades locais. Na construção dos materiais didáticos, sempre que possível, deve-se buscar mediação técnica e humana que possibilite a disseminação das informações através dos idiomas cooficiais do território em questão.

O processo avaliativo preconizado para o Curso de Especialização Técnica em Enfermagem em Saúde Indígena possui caráter formativo e reflexivo, devendo acontecer de maneira contínua e contextualizada, focando no desenvolvimento integral dos estudantes, com feedbacks que promovam a reflexão e o aprimoramento constante. Práticas de autoavaliação e avaliação coletiva devem ser incentivadas, permitindo que os estudantes reflitam sobre seu próprio aprendizado e contribuam para o desenvolvimento dos colegas e do curso.

Por fim, o Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena busca a articulação das políticas públicas e movimentos sociais, garantindo que o alinhamento com as políticas de saúde indígena, formando profissionais aptos a atuar em programas de saúde específicos para essas populações. O diálogo constante com os movimentos sociais indígenas deve ser mantido, incorporando suas demandas e perspectivas na formação dos profissionais de saúde. Dessa forma, os profissionais egressos não apenas dominarão as competências técnicas necessárias à atuação nos campos de trabalho, mas também serão agentes transformadores, aptos a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde das populações indígenas do Rio Negro.

8.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena, conforme se consignou acima, adota como meio metodológico as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, especialmente a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). A ABP é uma metodologia ativa de ensino que coloca os estudantes no centro do processo de aprendizagem, desafiando-os a resolver problemas complexos e reais que se assemelham às situações que enfrentarão em sua vida profissional. Diferente das abordagens tradicionais, nas quais o professor é o principal transmissor de conhecimento, na ABP os estudantes são incentivados a buscar soluções de forma

colaborativa, desenvolvendo autonomia, pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.

Abordada, inicialmente, na área da educação médica, a ABP rapidamente se expandiu para outras disciplinas e níveis de ensino. De acordo com Berbel (2011), a metodologia da ABP baseia-se em problemas que são cuidadosamente selecionados ou elaborados para desencadear o processo de aprendizagem. Esses problemas não têm uma única solução correta, o que permite explorar diferentes caminhos e perspectivas, promovendo uma compreensão profunda dos conteúdos abordados.

Considerando esses aspectos, o Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena está estruturado desde sua matriz curricular de modo a promover a complexa ligação entre conhecimento e prática social a partir dos problemas e demandas dos estudantes, como elos de mediação entre o IFAM e as comunidades do território do Rio Negro. Desse modo, ao ingressar no curso, a pesquisa – como princípio pedagógico que é – deverá conduzir à percepção dos problemas reais como problemas científicos passíveis de serem estudados sob o enfoque dos métodos e técnicas científicas, em diálogo com os saberes tradicionais estruturados e circulantes no território.

Desse modo, a condução do curso – em todas as suas etapas e disciplinas – deverá integrar-se à prática da pesquisa em desenvolvimento com vistas a identificar o que cada estudante já sabe, o que precisa aprender e como pode obter o conhecimento necessário para resolver os problemas reais do grupo. Esse processo não só promove a aquisição de conhecimentos teóricos, mas também desenvolve habilidades práticas e atitudinais essenciais para o exercício profissional.

Além disso, a ABP promove a integração interdisciplinar, pois os problemas apresentados muitas vezes exigem que os estudantes mobilizem conhecimentos de diferentes áreas. Esse aspecto é destacado por Saviani (2007), segundo o qual a ABP favorece uma visão abrangente do conhecimento, aproximando o processo de aprendizagem da complexidade do mundo real. Conforme Moraes e Manrique (2016), a metodologia tem demonstrado resultados positivos em termos de engajamento dos estudantes, desenvolvimento de competências e retenção de conhecimento a longo prazo.

Naturalmente, a orientação metodológica não se restringe apenas à Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Em perfeita sintonia com a autonomia docente e os princípios constitucionais da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o curso se abre a outras propostas

metodológicas, fundamentadas no postulado básico do ensino democrático. Cada docente poderá utilizar - com base em critérios e na prática educacional - abordagens metodológicas adaptadas aos contextos de ensino-aprendizagem específicos. A título de exemplo, cita-se um rol de outras metodologias ativas que poderão ser usadas ao longo do curso, tais como: Aprendizagem por Projetos, Estudo de Caso, Aprendizagem Colaborativa, Ensino Híbrido, Aprendizagem Baseada em Competências e Instrução pelos Pares, entre outras. Essas abordagens visam envolver os estudantes de forma mais ativa e participativa no processo educacional, promovendo habilidades como pensamento crítico, autonomia e colaboração.

Nesse sentido, a partir das opções metodológicas aqui esboçadas, o Curso objetiva articular-se como espaço de educação problematizadora, no qual a pesquisa científica demandará a solução e a busca das respostas às questões apresentadas pelos discentes. Dessa maneira, cada módulo do curso foi estruturado de modo a contemplar a integração entre ensino e pesquisa por meio do próprio ato de pesquisar. O problema inicial deverá ser apropriado por estudantes e docentes de modo a tornar-se, ele mesmo, norteador do itinerário educacional do curso, culminando com a apresentação das soluções e dos resultados aos quais cada grupo ou estudante chegou.

8.3 MATRIZ CURRICULAR

O Quadro 01 apresenta a estrutura e as disciplinas e carga horária que compõe o Curso:

- Presencial com carga horária separadas em **Teórica e Prática**.
- Semestral** o total da carga horária de toda a disciplina naquele semestre.
- Total** de carga horária de toda a disciplina ao longo do curso.

Quadro 1- Matriz Curricular do Curso de Especialização em Saúde Indígena

	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM				
	Campus São Gabriel da Cachoeira				
	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde				
	Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Ano de Implantação: 2025		Forma de Oferta: Especialização Técnica		Regime: semestral	
Metodologia Integradora de Ensino e Pesquisa	Componentes Curriculares/Disciplinas		Carga Horária (CH)		
			Presencial		Semestral
			Teórica	Prática	
- Pesquisa como princípio pedagógico - Eixo e problema de pesquisa.	Módulo I	Metodologia da pesquisa científica I	15	5	20
		Territórios e povos indígenas no Brasil	15	5	20
		Saúde, doença e atenção nos territórios indígenas	15	5	20

- Objetivos - Metodologia. - Local de pesquisa		Política de saúde e Atenção Primária no Brasil e na Saúde Indígena	15	5	20
		Processo de trabalho do técnico em enfermagem	15	5	20
- Coleta de dados dentro das disciplinas que envolvem o módulo. - Análise dos dados	Módulo II	Metodologia da pesquisa científica II	30	10	40
		Saúde da Família indígena	15	5	20
		Saúde da criança indígena	30	10	40
		Saúde do jovem, do adulto e do idoso	30	10	40
		Saúde da mulher indígena	30	10	40
- Conclusão do projeto - Apresentação do projeto	Módulo III	Metodologia da pesquisa científica III	30	10	40
		Urgência emergência em área indígena	30	10	40
		Promoção e educação em Saúde Indígena	15	5	20
		Saúde e Natureza	15	5	20
Carga Horária Total dos Componentes Curriculares/Disciplinas			300	100	400H
Carga Horária Total do Curso			400H		

8.4 EMENTÁRIO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE INDÍGENA

Disciplina: Metodologia da pesquisa científica I	CH: 20 horas
Objetivo Reconhecer e produzir textos científicos, utilizando a norma padrão, e empregar técnicas de elaboração de projetos de pesquisa, visando a interdisciplinaridade investigativa em projetos ligados à Saúde Indígena. Usando a Pesquisa como princípio pedagógico, a disciplina auxiliará na escolha do: <ul style="list-style-type: none"> - Eixo e problema de pesquisa. - Objetivos - Metodologia. - Local de pesquisa 	
Ementa A seguinte disciplina, que será ministrada em aulas teóricas e práticas, tem a intenção de apresentar conceitos e etapas do método científico de pesquisa, abrangendo questões relacionadas às técnicas, ética, formatação e estrutura de um trabalho científico.	

Interdisciplinarmente, será apresentado tópicos para a realização de pesquisas relacionadas à Saúde Indígena.	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá Editora. 2019.</p> <p>LEITE, F. T. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Ideias & Letras. 2014.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas. 2021.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez. 2018.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ANDRADE, M. M. Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.</p>	
Disciplina: Territórios e povos indígenas no Brasil	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Estudar os territórios e povos indígenas no Brasil compreendendo sua história, cultura e direitos, assim como a estrutura e o funcionamento do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), e avaliar a qualidade da atenção à saúde nos DSEIs.</p>	
<p>Ementa</p> <p>Esta disciplina pretende apresentar conhecimento sobre o território indígena e os povos indígenas, a fim de produzir informação em saúde e o seu funcionamento nos DSEIs.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>AGUIAR, M. M.; OLIVEIRA, R. M. Demarcação de terras indígenas no Brasil: avanços e desafios. Revista de Direito Ambiental, v. 23, n. 87, (2022).</p> <p>SILVA, M. A.; MENDONÇA, M. C. Conflitos e violências no território indígena: um estudo sobre o Alto Xingu. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 16, n. 2, (2022).</p> <p>SOUZA, G. M.; SILVA, R. M. O direito à terra indígena e a resistência dos povos originários: um panorama da legislação brasileira. Revista Jurídica da Presidência, v. 24, n. 100, (2022).</p> <p>AGUIAR, M. M.; OLIVEIRA, R. M. (2022). Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas: desafios e perspectivas para a atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 56, n. 3, 2022.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>OLIVEIRA, R. M. (2023). Território indígena: direito e realidade. Editora Fórum (2023).</p>	

<p>SILVA, M. A. A luta pela terra indígena: resistência e direitos dos povos originários. Editora UFPA (2023).</p> <p>SOUZA, G. M. (2023). Direito à terra indígena: fundamentos e perspectivas. Editora Juruá.</p> <p>AGUIAR, M. M.; OLIVEIRA, R. M. (2022). Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas: desafios e perspectivas para a atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 56, n. 3, e20210331.</p>	
Disciplina: Saúde doença e atenção nos territórios indígenas	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Capacitar os estudantes a compreender, analisar e abordar de forma holística os desafios de saúde enfrentados pelas populações indígenas no Brasil, incorporando uma perspectiva culturalmente sensível e desenvolvendo habilidades práticas para a promoção da saúde e prevenção de doenças nas comunidades indígenas.</p>	
<p>Ementa fazer o texto incluindo os tópicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde, um Fenômeno Cultural. • Processo Saúde e Doença para os Não Indígenas • Do Que Adoecem e Morrem os Povos Indígenas no Brasil? Vig. Epidemiológica da população indígena. 	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>GARNELO, L., SAMPAIO, S.S., and PONTES, A.L. Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019. 163 p. (Fazer Saúde Collection). ISBN: 978-65-5708-011-5. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786557080115.</p> <p>CORDEIRO, Rosa Cândida; OLIVEIRA, Washington Luan Gonçalves de; VICENTINI, Fernando (Orgs.). Saúde da população negra e indígena. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020. 282 p. il. (Coleção Pesquisas e Inovações Tecnológicas na Pós-Graduação da UFRB; volume 2).</p> <p>PONTES, A. L. M.; MACHADO, F. R. S.; SANTOS, R. V. (Eds.). Políticas Antes da Política de Saúde Indígena. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. 408 p. (Saúde dos Povos Indígenas Collection). ISBN: 978-65-5708-122-8. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786557081228</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>GARNELO, Luiza (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. 280 p. il. Color. (Coleção Educação para Todos). ISBN: 978-85-7994-063-7.</p> <p>FERREIRA, L. O. Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e</p>	

<p>vozes indígenas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. (Saúde dos Povos Indígenas Collection). ISBN: 978-85-7541-510-8. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788575415108.</p>	
Disciplina: Políticas de saúde e Atenção Primária no Brasil e na Saúde Indígena	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Conhecer as Políticas de saúde e Atenção Primária no Brasil e na Saúde Indígena</p>	
<p>Ementa</p> <p>De caráter teórico, esta disciplina pretende introduzir conhecimentos acerca das Políticas de Saúde e Atenção Primária no Brasil e na Saúde indígena e demonstra a Rede de atenção à saúde do Município de São Gabriel da Cachoeira.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>POLIGNANO, M.V. História das Políticas de saúde no Brasil: Uma pequena revisão. Cadernos do Internato Rural. Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n. 02, Anexo XXII, de 28 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990.</p>	
Disciplina: Processo de Trabalho do Técnico de enfermagem na saúde indígena	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Compreender o processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena, considerando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades indígenas no Brasil.</p>	
<p>Ementa</p> <p>A disciplina visa abordar as especificidades do processo de trabalho do técnico de enfermagem</p>	

indígena, considerando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades indígenas no Brasil a Vigilância do trabalhador e a ética profissional.	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ALMEIDA, M. S.; OLIVEIRA, A. P. S.; SILVA, A. A.; et al. Desafios do processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena: uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem Referência, v. 5, n. 25, p. 147-159, 2022.</p> <p>FERNANDES, P. S.; OLIVEIRA, A. P. S.; SILVA, A. A.; et al. Atuação do técnico de enfermagem indígena em saúde materno-infantil: revisão integrativa. Revista de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, v. 22, n. 1, p. 1-10, 2021.</p> <p>SILVA, A. A.; OLIVEIRA, A. P. S.; FERNANDES, P. S.; et al. Processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena em saúde mental: revisão integrativa. Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 21, n. 2, p. 1-10, 2021.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>MENDES, V. L. (2009). A evolução da profissão de técnico de enfermagem no Brasil . Revista Brasileira de Enfermagem, 2021.</p> <p>MARTINS, L. F., GOMES, E. S., & Silva, R. L. Equipe multidisciplinar na atenção à saúde na atenção primária : revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, 2020.</p>	
Metodologia da pesquisa científica II	CH: 40 horas
<p>Objetivo</p> <p>Reconhecer e produzir textos científicos, utilizando a norma padrão, executar as etapas de projetos de pesquisa, visando a interdisciplinaridade investigativa em projetos ligados à Saúde Indígena. Usando a Pesquisa como princípio pedagógico, a disciplina auxiliará na escolha do:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coleta de dados dentro das disciplinas que envolvem o módulo. - Análise dos dados 	
<p>Ementa</p> <p>A seguinte disciplina, que será ministrada em aulas teóricas e práticas, tem a intenção de conduzir na etapa de execução de projetos dentro do método científico de pesquisa, abrangendo questões relacionadas à técnicas, ética, formatação e estrutura de um trabalho científico. Interdisciplinarmente, será apresentado tópicos para a busca e análise de dados de pesquisas relacionadas à Saúde Indígena.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá</p>	

<p>Editora. 2019.</p> <p>LEITE, F. T. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Ideias & Letras. 2014.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas. 2021.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez. 2018.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ANDRADE, M. M. Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.</p>	
Disciplina: Saúde da família Indígena	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Refletir sobre o trabalho do Técnico em enfermagem e da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) nas atividades de prevenção, proteção e recuperação da saúde e nas ações de promoção da saúde junto com a comunidade, setores governamentais, a sociedade indígena e não indígena.</p>	
<p>Ementa</p> <p>Composição da família indígena, características e os papéis sociais da família;</p> <p>A alimentação e nutrição nas famílias indígenas; O ciclo de vida e as fases da vida e suas transformações; Ritos de passagem e os cuidados para ter saúde;</p> <p>Agravos e doenças mais comuns na família indígena.</p>	
<p>Bibliografia Básica (4)</p> <p>TRONCARELLI, M.C.; WÜRKER, E.; MENDONÇA, S. (Org.). Watpiro miran Livro sobre nutrição . Curso de Formação de Agentes Indígenas de Saúde do Parque Indígena do Xingu/ Unifesp. Professores e agentes indígenas de saúde Ikpeng. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Literaterras, 2012.</p> <p>TRONCARELLI, M. C.; WÜRKER, E.; MENDONÇA, S. (Org.). Koa ka’rana ore jemu’e awera imome’wawa. Valor nutritivo dos alimentos, saúde bucal e prevenção da desnutrição . Curso de Formação de Agentes Indígenas de Saúde do Parque Indígena do Xingu/Unifesp. Professores e agentes de saúde Kawaiwete. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Literaterras, 2012.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Departamento de Medicina Preventiva. Projeto Xingu. Caderno de Atividades do Curso de Formação de Agentes Indígenas De Saúde - Médio e Baixo Xingu. Área Curricular I. “Conhecendo a família indígena / Promovendo a troca de experiências” . Módulo – Saúde Bucal e Vigilância Nutricional. Mimeo,</p>	

2007. WÜRKER, E. (Org.). Saúde, nutrição e cultura no Xingu. São Paulo: Instituto Socioambiental/Associação Terra Indígena Xingu/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.	
Bibliografia Complementar (2) WÜRKER, E.; TRONCARELLI, M. C. (Org.). Apostila de Antropologia. Curso de Formação de Professores para o Magistério Urucum/Pedra Brihante. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2003. WÜRKER, E. (Org.). Saúde, nutrição e cultura no Xingu . São Paulo: Instituto Socioambiental/Associação Terra Indígena Xingu/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.	
Disciplina: Saúde da Mulher Indígena	CH: 40 horas
Objetivo Compreender as especificidades da saúde das mulheres indígenas no Brasil, bem como as desigualdades e vulnerabilidades a que elas estão expostas.	
Ementa A disciplina "Saúde da Mulher Indígena" visa abordar os aspectos biológicos, culturais, sociais e políticos da saúde das mulheres indígenas no Brasil.	
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Política Nacional de Atenção à Saúde da População Indígena (PNASPI). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Márcia Siqueira de. Saúde da mulher indígena: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.	
Bibliografia Complementar: FERNANDES, P. S.; CARDOSO, C. F. Mortalidade materna entre mulheres indígenas no Brasil: tendência e diferenciais sociodemográficos. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 22, n. 1, p. 103-114, 2022. SILVA, M. A.; ALMEIDA, M. S. Violência sexual contra mulheres indígenas: revisão integrativa da literatura. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, n. 2, e20210040, 2022.	
Disciplina: Saúde da Criança indígena	CH: 40 horas
Desenvolver habilidades com os profissionais técnico de enfermagem para o atendimento integral a saúde da criança indígena.	

<p>Ementa</p> <p>A alimentação do recém-nascido; Recém-nascido e primeira infância; Crescimento e desenvolvimento na infância; Agravos e doenças mais comuns na infância; Educação em saúde para crianças indígenas.</p>	
<p>Bibliografia Básica (3)</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.</p> <p>BARBOSA, L. M.; ALMEIDA, J. S.; SANTOS, J. M. (Orgs.). Saúde da Criança Indígena. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, M. L.; MENDONÇA, J. A. M. Saúde da Criança Indígena: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 2019.</p>	
<p>Bibliografia Complementar (2)</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.</p>	
Disciplina: Saúde do jovem, do adulto e do idoso indígena	CH: 40 horas
<p>Objetivo</p> <p>Desenvolver competências e habilidades nos técnicos em enfermagem para promover a saúde e o bem-estar ao longo do ciclo de vida, com foco nas peculiaridades e necessidades dos jovens, adultos e idosos indígenas, considerando aspectos culturais, sociais e epidemiológicos específicos.</p>	
<p>Ementa fazer texto com os topicos</p> <p>O jovem indígena; A saúde do adulto indígena; O envelhecimento e a saúde do idoso; Bem viver e saúde mental; Suicídio entre povos indígenas; O uso de bebidas alcoólicas e outras drogas entre jovens e adultos; Infecções sexualmente transmissíveis;</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas: Tecendo Redes para Promoção do Bem Viver. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>Ministério da Saúde. Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira. Organizado por Renato Minoru Yamamoto. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. 239 p.</p>	

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.	
Disciplina: Metodologia da pesquisa científica III	CH: 40 h
<p>Objetivo</p> <p>Conduzir os estudantes para a conclusão projeto de curso que foi aplicado à realidade da saúde indígena, e aos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de especialização técnica em Saúde Indígena. Usando a Pesquisa como princípio pedagógico, a disciplina auxiliará na escolha do:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do projeto - Apresentação do projeto 	
<p>Ementa</p> <p>A disciplina será ministrada em aulas teóricas e práticas e possibilitará ao aluno concluir o trabalho de intervenção ou a pesquisa relacionada à saúde indígena, para que o mesmo possa aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos nas disciplinas ofertadas pelo referente curso.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá Editora. 2019.</p> <p>LEITE, F. T. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Ideias & Letras. 2014.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas. 2021.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez. 2018.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ANDRADE, M. M. Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.</p>	
Disciplina: Urgência e emergência em área indígenas	CH: 40 horas
<p>Objetivo</p> <p>Desenvolver habilidades e prestar assistência integral e humanizada de enfermagem no atendimento em situações de urgência e emergência nos povos indígenas.</p>	
<p>Ementa</p> <p>De caráter teórico-prático, esta disciplina pretende introduzir conhecimentos específicos sobre situações de urgência e emergência que acometem frequentemente os povos indígenas.</p>	
Bibliografia Básica (4)	

<p>SILVA, M.S. Yellowbook Enfermagem: Fluxos e Condutas em Urgência e Emergência. 1. Ed. São Paulo: Sanar, 2021.</p> <p>VELASCO, I.T. <i>et. al.</i> Medicina de Emergência: Abordagem Prática. 15. Ed. São Paulo: Manole, 2021.</p> <p>AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques da American Heart Association. Atualizações das diretrizes de RCP e ACE. Guideline 2020.</p>	
<p>Bibliografia Complementar (2)</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolo de Suporte Avançado de Vida Brasília: Ministério da Saúde, 2016.</p>	
Disciplina: Promoção e educação em saúde indígena	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Conhecer os materiais educativos que podem ser utilizados no trabalho em saúde do técnico em enfermagem e da equipe multidisciplinar de Saúde Indígena. Para construção do diagnóstico comunitário através da identificação da necessidade de saúde da população assistida, visando propor ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças, desenvolvidas por meio de ações de educação em saúde e do fortalecimento da participação social.</p>	
<p>Ementa</p> <p>De caráter teórico - prático buscando estudar a educação indígena, educação escolar e educação popular e a importância destes modos de educar para o trabalho do técnico em enfermagem e da equipe multidisciplinar de saúde indígena.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>FREIRE, J. Trajetórias de muitas perdas e poucos ganhos. In: Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2014.</p> <p>JUNIOR, A.M, Culturas e história dos povos indígenas [recurso eletrônico]/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020 ISBN 978-65-5706-366-8 DOI 10.22533/at.ed.668201609.</p> <p>SANTOS,S.A.(Org.). Curso de educação popular e saúde. Rio de Janeiro: ENSP, 2013.</p> <p>Vídeo nas aldeias. Disponível em : < http://www.videonasaldeias.org.br/2009/areas.php>.Acesso em: 09 de outubro de 2023.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ASSUNPÇÃO, R. (Org.) Educação Popular na perspectiva freiriana. São Paulo: ed. e Livraria</p>	

<p>Instituto Paulo Freire; 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho de saúde: A responsabilidade do controle social democrático do SUS. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde . Brasília: ed. do Ministério da Saúde, p. 26 2012.</p>	
Disciplina: Saúde e Natureza	CH: 20 horas
<p>Objetivo</p> <p>Compreender as relações entre saúde, natureza e cultura das populações indígenas no Brasil.</p>	
<p>Ementa</p> <p>A disciplina visa abordar as relações entre saúde, natureza e cultura das populações indígenas no Brasil envolvendo também ações de vigilância Ambiental e vigilância sanitária.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Política Nacional de Atenção à Saúde da População Indígena (PNASPI). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.</p> <p>GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Márcia Siqueira de. Saúde da mulher indígena: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Hucitec, 2020.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Márcia Siqueira de. A saúde humana e a natureza: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 6, p. 2229-2242, 2023.</p> <p>AGUIAR, Maria Clara de; SOUZA, Maria Inês de. Impactos da urbanização na saúde humana e na natureza. Ambiente & Sociedade, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2021.</p>	

9 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme as DCNEPT, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que

possibilita ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização.

A prática profissional, intrínseca ao currículo, é desenvolvida nos diversos ambientes de aprendizagens. Dentre os ambientes para realização da prática profissional, podemos citar laboratórios, oficinas, salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena, a Prática Profissional será desenvolvida por meio da Metodologia Integradora de Ensino Aprendizagem. A pesquisa como princípio pedagógico permitirá orientar a formação profissional através da promoção da pesquisa científica densamente contextualizada, que estimulará a investigação aplicada às necessidades específicas das aldeias indígenas. Essa pesquisa deverá ser participativa e dialógica, com estudantes e professores colaborando com as comunidades para identificar problemas, levantar dados e desenvolver intervenções, sempre respeitando os saberes e práticas locais, de acordo com a legislação e os protocolos de acesso e consulta aos Povos Indígenas.

10 PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO – PCCT

Os trabalhos desenvolvidos pelos discentes poderão ser apresentados por meio de diferentes produtos, em conformidade com o Projeto homologado. Sendo assim, recomenda-se que cada Projeto defina previamente os meios mais adequados de apresentação dos resultados.

Dentre os produtos possíveis, citamos alguns como exemplo: a) projeto de intervenção; b) manual; c) cordel; d) projeto de pesquisa; e) protótipo/maquete; f) artigo; g) exposição; h) projeto de extensão; i) documentário; j) curta metragem; k) animação; l) aplicativos; m) cartilhas.

Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação.

Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um produto e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 05 (cinco) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa.

Se considerado reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de Metodologia da pesquisa III. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do TCC final pós-defesa num prazo máximo de

30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *campus*.

O IFAM não é obrigado a oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou coorientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS

O aproveitamento de estudos se dará em cursos similares, exclusivamente, de Especialização Técnica, realizados nos últimos 05 (cinco) anos. O discente somente poderá requerer o aproveitamento de estudos, em no máximo 25% (vinte e cinco por cento) dos componentes curriculares/disciplinas, do Curso de Especialização Técnica de Nível Médio ao qual esteja vinculado. As demais informações sobre o aproveitamento de estudos seguirão a Resolução n.94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, Art 105 e 106.

12 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DO PROCESSO AVALIATIVO

A avaliação dos alunos, dar-se-á de acordo com o prescrito no Resolução n. 94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, com vistas a avaliar as competências apontadas neste projeto e desenvolvidas pelos mesmos, no transcorrer das atividades acadêmicas planejadas e desenvolvidas, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

Complementarmente deve-se utilizar a Resolução n. 47 – CONSUP/IFAM, de 14 de outubro de 2016 estabelece as Normas e Procedimentos para a oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96.

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme DCNEPT, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nesse sentido, a Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas. As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusivas, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (SIGAA ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Ensino/Curso ou equivalente. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente, conforme a Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015.

12.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

12.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas Finais que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados, ainda, deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

12.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação do curso, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo

Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;

IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;

V – serviço à Justiça Eleitoral;

VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;

VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Cíveis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;

VIII – licença paternidade devidamente comprovada;

IX – doação de sangue;

X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;

XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;

XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;

XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e

XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente. De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

12.4 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DO PROCESSO AVALIATIVO

A avaliação dos alunos, regularmente matriculados no Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena dar-se-á de acordo com o prescrito no Resolução n.94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, com vistas a avaliar as competências apontadas neste projeto e desenvolvidas pelos mesmos, no transcorrer das atividades acadêmicas planejadas e desenvolvidas.

A avaliação deve ser um instrumento que possibilite a identificação do desenvolvimento de competências dos discentes e que forneça elementos para orientações necessárias e complementações, enriquecendo o processo de construção do conhecimento.

A avaliação se propõe a ser um instrumento para a reorientação do discente no desenvolvimento da aprendizagem e, para os professores, no replanejamento de suas atividades. O resultado mínimo para aprovação em um componente curricular será 6 (seis). Além do conceito mínimo é necessário obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nos encontros presenciais para ser aprovado nos componentes curriculares.

Nas situações em que a média final obtida for menor que 6,0 (seis), o aluno terá direito a recuperação. Esta recuperação será individual, presencial e constituir-se-á de questões discursivas, objetivas e/ou mistas relacionadas às competências esperadas no componente curricular. Nesta oportunidade de recuperação, o estudante deverá obter pelo menos nota 6,0 (seis). Terá direito a recuperação da média final dos componentes curriculares apenas os estudantes que obtiverem, pelo menos, frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Se, ao final do curso, o discente tiver sido reprovado em alguma disciplina, e atendido aos critérios postos na Organização Didático-Acadêmica vigente, ele poderá ainda ser submetido ao Exame Final, que consiste numa avaliação única e escrita por disciplina, cujos conteúdos serão estabelecidos pelo docente, podendo contemplar todo o conteúdo ou os conteúdos julgados como de maior importância para o discente no curso.

12.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso ou equivalente, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

12.6 EXAME FINAL

O Exame Final consiste numa avaliação única e escrita por disciplina, cujos conteúdos serão estabelecidos pelo docente, podendo contemplar todo o conteúdo ou os conteúdos julgados como de maior importância para o discente no período letivo, sendo realizado de acordo com a Resolução n.94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, art. 145, 146, 147 e 148.

12.7 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O aluno devidamente matriculado terá acompanhamento discente semanal de suas faltas realizadas pelo Núcleo Pedagógico do *campus*. Este procedimento visa acompanhar o aluno em caso de infrequência na unidade curricular e no curso, mediante comunicação prévia de sua situação, para que com isso, seja evitado ultrapassar os 25% de falta permitida. As demais prerrogativas estão descritas na Resolução n.94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, Art 122 e 123.

Cabe ao professor manter seus diários atualizados após cada aula ministrada para que o Núcleo Pedagógico possa ter condições de acompanhar a situação da turma na unidade curricular.

13 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPT), a certificação compreende a emissão de certificados e diplomas de cursos da Educação Profissional, para fins de exercício profissional, prosseguimento e conclusão de estudos.

O discente receberá o Certificado de Especialista Técnico em Saúde Indígena pelo IFAM - Campus São Gabriel, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, com carga horária de 400 horas, e o cumprimento das exigências relacionadas à pesquisa, elaboração e apresentação do Projeto de Conclusão de Curso. No histórico escolar, será especificado o perfil profissional de Especialista em Saúde Indígena, assim como as unidades curriculares cursadas, indicando a carga horária de cada unidade, a frequência e o aproveitamento dos estudos.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no campus pelo discente e/ou responsável legal. Todas as normativas para a emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM e a regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

14 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A Biblioteca do IFAM Campus São Gabriel ocupa um espaço físico de 277m² e desempenha um papel essencial no apoio às atividades acadêmicas. Suas principais finalidades incluem reunir, registrar, organizar, divulgar e manter atualizado todo o acervo bibliográfico, audiovisual e digital. Além disso, a biblioteca é responsável por preservar e garantir o uso contínuo desses recursos, que são fundamentais para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão do campus.

14.1 BIBLIOTECA

A biblioteca do IFAM - Campus São Gabriel da Cachoeira, denominada Manoel Correia de Lima, possui um espaço físico de 277 m², composto por um salão que abriga

o acervo, mesas para estudos e áreas de convivência. Os usuários têm acesso a computadores conectados à internet e também à internet via wi-fi para dispositivos móveis. A biblioteca está disponível em três turnos (manhã, tarde e noite), garantindo acessibilidade a todos.

O regimento do sistema integrado de bibliotecas do IFAM, instituído pela resolução n. 31 do CONSUP/IFAM em 23 de junho de 2017, estabelece as normas e diretrizes que orientam o funcionamento e a gestão das bibliotecas vinculadas ao IFAM. Esse regimento é fundamental para garantir a organização, o acesso e a utilização adequada dos recursos bibliográficos e informacionais, assegurando que toda a comunidade acadêmica possa se beneficiar dos serviços oferecidos de maneira eficiente e estruturada.

As regras e procedimentos para o funcionamento da biblioteca Manoel Correia de Lima, incluindo normas de uso, empréstimo de materiais, acesso aos serviços e os direitos e deveres dos usuários, são destinados a assegurar a organização e a eficiência no atendimento à comunidade acadêmica. Esses regulamentos seguem as diretrizes estabelecidas pela resolução n. 46 do CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015.

Têm como finalidades reunir, registrar, organizar, divulgar, manter atualizado, preservado e em permanentes condições de uso todo o acervo bibliográfico, audiovisual e digital existente e o que venha a ser incorporado ao patrimônio por aquisição ou doação, necessário para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão, cabendo à biblioteca:

- I – Atender aos usuários internos e externos, prestando serviços e informações que contribuam para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão no campus;
- II – Estabelecer e manter intercâmbio científico e cultural com pessoas, instituições e organizações;
- III – Realizar empréstimos e consultas locais de livros, revistas e mapas, além de empréstimos domiciliares aos usuários internos que possuem vínculo institucional e externos devidamente registrados;
- IV – Auxiliar no cadastro e treinamento dos usuários com vínculo institucional no acesso aos acervos da biblioteca na forma física e virtual;
- V – Atuar como serviço de referência para o ensino, pesquisa e extensão no campus e aprendizagem dos usuários, tendo em vista a implantação de redes de informações especializadas.

O acervo da biblioteca Manoel Correia de Lima, do campus São Gabriel da Cachoeira, é composto por um acervo geral, constituído por livros de assuntos gerais, didáticos, técnicos, científicos e literários; uma seção de referência, composta por enciclopédias, anuários, catálogos, guias, almanaques e atlas; e uma seção de multimeios, composta por DVDs. O acervo eletrônico é disponibilizado gradativamente conforme a realização de seu cadastro no sistema Gnuteca.

É importante ressaltar que, como forma de complementar o acervo físico, está disponível aos usuários com vínculo institucional o acesso à biblioteca virtual "minha biblioteca". A plataforma digital possui em seu acervo inúmeros materiais nas mais diversas áreas, sendo atualizado mensalmente. Na edição de julho de 2024, são contabilizados mais de 12 mil títulos. Para acessá-los, o usuário precisa apenas realizar seu cadastro conforme orientado no site institucional <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/biblioteca/minha-biblioteca> e aguardar a liberação do acesso, que possui um prazo de 3 dias úteis.

14.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em sua estrutura, a biblioteca possui: cinco (5) mesas para estudos coletivos, seis (6) cabines para estudos individuais, seis (6) computadores com acesso à internet, e um (1) computador sem acesso à internet. Além disso, conta com trinta e cinco (35) cadeiras e porta-mochilas.

Livros	Títulos	fitas VHS	DVDs	Computadores ligados à Internet
13.280	5069	52	117	06

A seguir, serão descritos os principais exemplares voltados para a área de ciências da saúde. Os acervos estão mencionados em ordem alfabética, de acordo com seus respectivos títulos, autores e quantidades disponíveis para acesso.

TÍTULOS	AUTOR	QNT
A construção do SUS	Vicente de Paula Jacinta de Fátima Luiz Carlos Fadel Rosa Maria	1
Black book – enfermagem	Reinaldo Gomes de Oliveira Black book	20

3ª Conferência nacional de gestão do trabalho e da educação na saúde	Ministério da Saúde	2
5ª Expoepi mostra nacional de experiências bem-sucedida em epidemiologia, prevenção e controle de doenças.	Ministério da Saúde	2
A educação física cuida do corpo... e “mente”	João Paulo S. Medina	2
A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde	Ministério da Saúde	1
A situação do tabagismo no Brasil	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva	1
Administração de medicamentos em enfermagem	Klinger Fontinele Júnior	10
Adolescência... Quantas dúvidas!	Élide Helena Medeiros E Mauro Fisberg	10
Agente comunitário de saúde o ser, o saber, o fazer	Joana Azevedo Da Silva Ana Sílvia Whitaker Dalmaso	1
AIDS hoje	Dráuzio Varella Narciso Escaleira Fernando Varella	1
Alimentos um estudo abrangente	José Evangelista	8
Alongue-se no trabalho	Bob Anderson	1
Anamnese e exame físico	Alba Lucia Bottura Leite De Barros E Cols	5
Anamnese e exame físico avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto	Alba Lucia Bottura Leite De Barros E Cols	1
Anatomia humana básica	Dangelo e Fattini	1
Anticoncepção de emergência	Ministério da Saúde	2
As doenças do campo	Mário Cândido O. Gomes	1
Aspectos básicos do tratamento da síndrome de dependência de substâncias psicoativas	Senad	1
Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual	Ministério da Saúde	1
Atenção à saúde da pessoa com deficiência no sistema único de saúde	Ministério da Saúde	1
Atenção humanizada ao abortamento	Ministério da Saúde	2
Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual	Ministério da Saúde	2
Atividade física, qualidade de vida e envelhecimento.	Giovana Zarpellon Mazo	1
Atlas de anatomia humana	Frank H. Netter,Md	5
Atlas de parasitologia humana	Benjamin Cimermam Marcos Antonio Franco	5
Avaliação e prescrição de atividade física	João C. Bouzas Marins. Ronaldo S. Giannichi	1
Bacteriologia e imunologia	Ottor Bier	1
Bioecologia de mosquito	Wanderli Pedro Tadei Ricardo Augusto Passos Fábio Medeiros Da Costa Iléia Rodrigues Brandão Joselita M.M. dos Santos Míriam Silva Rafael	35

Biofísica	Eduardo A.C. Garcia	4
Biomedicina, saber e ciência: uma Abordagem crítica	Kenneth rochel Camargo jr hucitec	5
Biotipologia	Carlos beretta	2
Bom apetite	Abril Cultural	1
Caderno de atenção básica diretrizes do NASF	Ministério da Saúde	1
Cadernos Humanizaus	Ministério da Saúde	1
Cirurgia geral rotinas da escola Superior de ciências da saúde e da Fundação hospital Adriano Jorge	Cleinaldo de Almeida Costa (et al)	7
Como ajudar as mães a amamentar	F. Savage King	1
Conhecimento em gestão participativa	Ministério da Saúde	1
Contribuições pragmáticas para a organização dos recursos humanos em saúde e para a história da profissão médica no Brasil	Maria Cecília Donnangelo	1
Controle vetorial treinamento em controle de vetores de doenças tropicais	Wanderli Pedro Tadei Ricardo Augusto Passos Fábio Medeiros Da	56
Conversando sobre cocaína e crack	Senad	1
Coordenação nacional da saúde no MERCOSUL	Ministério da Saúde	1
De doença desconhecida a problema de saúde pública: o inca e o controle do câncer no Brasil	Luiz Antonio Teixeira Cristina Oliveira Fonseca	1
Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.	Ministério da Saúde	2
Dengue hemorrágico: diagnóstico, tratamento e controle.	Organização Mundial da Saúde	2
Dicionário de dietética e de nutrição	Pierre Dukan	5
Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência	Ministério da Saúde	2
Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.	Ministério da Saúde	1
Doenças sexualmente transmissíveis	Walter Belda Jr.	10
DST e AIDS doenças sexualmente transmissíveis	Paulo Naud	1
Economia da saúde	Ministério da Saúde	2
Educação profissional básica para agentes indígenas de saúde	Ministério da Saúde	1
Emergências clínicas abordagem prática	Herlon Saraiva Martins Rodrigo Antonio Brandão Neto	7
Enciclopédia prática da família	Clarice R. Pinho	2
Enfermagem em saúde mental	Ruth Mylius Rocha	10
Ensinando educação física	Robert N. Singer Walter Dick	1
Entomologia médica doenças transmitidas por insetos na Amazônia	Eloy Guillermo Castellón	38
Epidemia: a humanidade contra o Medo da morte	João Bosco Botelho valer	10
Epidemiologia e serviços de saúde	Ministério da Saúde	1
Epidemiologia e serviços de saúde	Ministério da Saúde	1
Epidemiologia e serviços de saúde 1	Ministério da Saúde	1
Epidemiologia e serviços de saúde 1	Ministério da Saúde	1
Epidemiologia e serviços de saúde 2	Ministério da Saúde	2

Epidemiologia e serviços de saúde 2	Ministério da Saúde	1
Epidemiologia e serviços de saúde 2	Ministério da Saúde	1
Epidemiologia e serviços de saúde 3	Ministério da Saúde	1
Epilepsia: o que você precisa saber	Francisco tussolini	15
Escolas promotoras de saúde: experiência no Brasil	Ministério da Saúde	2
Estudo da mortalidade de mulheres de 10 a 49 anos, com ênfase na mortalidade materna.	Ministério da Saúde	1
Farmácia verde	Evandro de Araújo Silva	1
Fisiologia humana	Arthur C. Guyton, M.D.	1
Formação estudos, reflexões e experiências em educação profissional na saúde.	Ministério da Saúde	2
Gestão de alto risco/manual técnico	Ministério da Saúde	2
Ginástica laboral princípios e aplicações práticas.	Ricardo Alves Mendes Neiva Leite	1
Guia das plantas medicinais	Dr. E. A. Maury Chantal de Rudder	1
Guia de bolso doenças infecciosas e parasitárias	Ministério da Saúde	8
Guia de remédios	Dr. Norival Caetano	1
Guia de vigilância epidemiológica	Ministério da Saúde	1
Guia do terapeuta para os bons pensamentos-bons sentimentos	Paul Stallard	1
Guias de calorias de A à Z	José Danon e Luciana Polini	1
Guias para aula de educação física	Jarbas Gonçalves Passarinho	1
Hanseníase: monitoramento e avaliação manual de capacitação em m e a- caderno do monitor	Ministério da Saúde	1
Hanseníase: monitoramento e avaliação manual de capacitação em m e a- caderno do participante	Ministério da Saúde	1
Hardware / na pratica	Laércio Vasconcelos	4
HFA hospital das forças armadas	Ernani Pimentel José Almir Fontela Dornelles	1
Histologia básica	Luiz C. Junqueira José Carneiro	2
História da medicina da abstração a Materialidade	João Bosco Botelho valer	1
História da medicina em Manaus	Manoel Dias Galvão	1
I conferência internacional de monitoramento dos objetivos de desenvolvimento do milênio no setor saúde: rumo ao alcance das metas de 2015	Ministério da Saúde	1
I fórum nacional de educação farmacêutica	Ministério da Saúde	2
I medicina de família e comunidade	Gustavo Gusso José Mauro Ceratti Lopes	4
I simpósio nacional de alimentação e nutrição – pronutral-	PRONUTRAL	2
II medicina de família e comunidade	Gustavo Gusso José Mauro Ceratti Lopes	4
Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações	RIPSA	1
Informática básica	E.Alcalde M. Garcia/S. Peñuelas	3

Informática básica	André Luiz N. G. Manzano	1
Introdução à gestão de custo em saúde	Ministério da Saúde	1
Legislação e sistema de saúde	Ministério da Saúde	1
Legislação em saúde	Ministério da Saúde	1
Leishmaniose visceral grave	Ministério da Saúde	5
Ligações entre nanda, noc e nic	Marion Johnson Gloria Bulechek	1
Maconha: o que os pais devem saber	Senad	1
Mais proteção às mulheres: novas conquistas e melhores serviços	Ministério da Saúde	1
Mais saúde direito de todos	Ministério da Saúde	2
Manual de adaptações de palmilhas e calçados	Ministério da Saúde	1
Manual de condutas para alterações oculares em hanseníase	Ministério da Saúde	1
Manual de condutas para tratamento de úlceras em hanseníase e diabetes	Ministério da Saúde	1
Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação	Eneo Alves da Silva Jr.	1
Manual de diagnóstico e tratamento da doença de von willebrand	Ministério da Saúde	1
Manual de prevenção de incapacidade	Ministério da Saúde	1
Manual de primeiros socorros	Ministério do Transportes	1
Manual de reabilitação e cirurgia em hanseníase	Ministério da Saúde	1
Manual de urologia: diagnóstico e Terapia	Mike b. Siroky (et al	3
Manual do instrumento de avaliação da atenção primária à saúde	Ministério da Saúde	1
Manual integrado de vigilância epidemiológica do botulismo	Ministério da Saúde	1
Manual técnico e auxiliar	Gilberto Tadeu reis da silva	20
Medicamentos: como usar e não abusar	Câmara dos Deputados	9
Medicina e saúde	Abril Cultural	2
Medicina e saúde história da medicina	Abril Cultural	1
Memórias do instituto Butantan	Memórias do Instituto Butantan	1
Metodologia de pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigos e projetos.	Mauro Gomes de Mattos Adriano José Rossetto Júnior Shelly Blecher	3
Microbiologia	Luiz Rachid Trabulsi Flávio Alterthum	4
Microbiologia e imunologia	Ottor Bier	1
Modelo da atividade educação em saúde	Cláudia Márcia Santos Barros Rita De Cássia	1
Musculação: uma abordagem metodológica.	Nelson Bittencourt	1
Nutrição e técnica dietética	Sonia Tucunduva Philippi	8
O ensino e as pesquisas da atenção farmacêutica no âmbito do sus	Ministério da Saúde	2

O futuro hoje	Ministério da Saúde	1
O SUS de A a Z	Ministério da Saúde	1
Oficinas de educação em saúde e comunicação	Ministério da Saúde	3
Pacto pela redução da mortalidade infantil no nordeste e Amazônia legal	Ministério da Saúde	2
Pactuação unificada de indicadores	Ministério da Saúde	1
Parto e nascimento domiciliar assistido por parteiras tradicionais	Ministério da Saúde	2
Patologia social	Felippe A. de Miranda Rosa	
Pesquisa para saúde contribuições aos 20 anos do SUS	Ministério da Saúde	1
Planejar é preciso	Ministério da Saúde	1
Plantas medicinais	Linete Maria Menzenga Haraguchi Oswaldo Barretto de Carvalho	1
Política nacional de saúde da pessoa com deficiência	Ministério da Saúde	1
Prática de enfermagem	Ministério da Saúde	1
Prêmio de incentivo em ciência e tecnologia	Ministério da Saúde	1
Prêmio Sérgio Arouca de gestão participativa experiência exitosas e trabalhos acadêmicos	Ministério da Saúde	2
Prêmio Sérgio Arouca de gestão participativa trabalhos premiados e menções honrosas-resumos	Ministério da Saúde	2
Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes	Ministério da Saúde	2
Primeiros socorros	Sepror	1
Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional	CONSEA	1
Programas de saúde	Ayrton Cesar Marcondes	1
Projetos de unidade de armazenagem, distribuição e processamento de praguicidas.	Ministério da Saúde	1
Projetos físicos de laboratórios de saúde pública	FUNASA	2
Química das sensações	Carolina Godinho Retondo Pedro Faria	1
Radicais livres em cardiologia: Isquemia e repercussão	Efrain olszewer (et al) tenopress	5
Regionalização solidária e cooperativa orientações para sua implementação no sus	Ministério da Saúde	1
Relação nacional de medicamentos essenciais rename	Ministério da Saúde	1
Saúde da família	Ministério da Saúde	1
Saúde no brasil	Ministério da Saúde	3
Segredos em nutrição	Charles W. Van Way Iii	2
Síndrome pós- poliomielite (SPP)	Acary Souza Bulle Oliveira	1
Síndrome pós- poliomielite (SPP)	Ministério da Saúde	1
Sistema de planejamento do sus instrumentos básicos	Ministério da Saúde	1
Sistema de planejamento do SUS orientações gerais para elaboração de instrumentos de planejamento	Ministério da Saúde	1

Sistemas nervosos	Peter n. R. Usherwood	3
Sobotta atlas de anatomia humana anatomia geral e sistema muscular	F. Paulsen E J. Waschke	4
Sobotta atlas de anatomia humana cabeça, pescoço e extremidade superior.	R. Putz E R. Pabst	4
Sobotta atlas de anatomia humana cabeça, pescoço e neuroanatomia	F. Paulsen E J. Waschke	4
Sobotta atlas de anatomia humana órgãos internos	F. Paulsen E J. Waschke	4
Sobotta atlas de anatomia humana quadros de músculos, articulações e nervos.	F. Paulsen E J. Waschke	1
Sobotta atlas de anatomia humana tronco, víscera e extremidade inferior.	R. Putz E R. Pabst.	4
Técnicas de segurança em laboratórios regras e práticas	Flávio César Ferras Antonio Carlos Feitoza	2
Técnicas básicas de enfermagem	Andrea Cristine Bressane Volpao (et al)	25
Teste e testes de programas de saúde	Marcos Iniole Bueno e Silva	1
Teste, medidas e avaliação em educação física e esporte	Francisco José Gondim Pitanga	2
Toxicologia de alimentos	Antonio Flávio Midio Deolinda Izumira Martins	2
Tratado de enfermagem médico-cirúrgica	Brunner E Suddarth	3
Tratado de fisiologia médica	Guyton e Hall	8
Word 6 for Windows /guia oficial da Microsoft	Russell Borland	1
YOGA para 3º idade	Beatriz Esteves	1

15 COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

15.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenadoria dos Cursos de Especialização Técnica será exercida por um servidor, com titulação mínima de especialista, pertencente ao quadro permanente da Instituição, nomeado pelo Diretor Geral do Campus ao qual o curso está vinculado.

Nesse sentido, caberá a Coordenação do Curso:

- Encaminhar a proposta de PPC ao Colegiado do campus ao qual o curso está vinculado;
- Coordenar o processo de elaboração do PPC;
- Coordenar o processo de seleção do corpo docente do curso;
- Informar ao Colegiado do Campus os casos de substituição de docentes;
- Elaborar o Edital de Ingresso no Curso, em conjunto com o Departamento de Ingresso e com a Coordenadoria de Curso, constando: os prazos de inscrição; data de início da seleção, o número de vagas ofertadas e requisitos para ingresso, respeitando as

disponibilidades de professores, orientadores e infraestrutura acadêmica relacionadas ao curso;

- Coordenar o processo de seleção dos candidatos a discentes do curso;
- Encaminhar a Coordenadoria de Cursos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início das atividades do curso, a relação de discentes matriculados e a data de início e previsão de término do mesmo, explicitando o período referente a oferta de disciplinas e a orientação;
- Preparar, com auxílio do corpo docente, o calendário das atividades do curso previstas no PPC;
- Organizar, orientar, acompanhar e coordenar as atividades do curso, zelando pelo cumprimento do calendário estabelecido;
- Receber, dos docentes e dos discentes envolvidos, os diários de classe, os Trabalhos de Conclusão de Curso da Especialização e toda a documentação de interesse do Curso;
- Manter atualizado o cadastro do corpo docente e discente do curso;
- Fornecer informações referentes ao curso sempre que solicitadas pela Coordenadoria de Cursos, nos prazos e demais condições estabelecidas;
- Propor aos Departamentos envolvidos medidas julgadas úteis ao funcionamento do curso;
- Propor ao Colegiado do Campus ao qual o curso está vinculado a reestruturação ou a extinção do curso para ser encaminhada ao Conselho Superior do IFAM conforme tramite de aprovação do curso;
- Promover avaliação para cada edição do curso, com a participação dos docentes e dos discentes, antes do término do último componente curricular, inclusive;
- Na apresentação dos Projetos de Conclusão de Curso da Especialização, realizar uma avaliação sobre o processo de elaboração dos referidos Projetos, em formulário próprio.

15.2 COLEGIADO DO CURSO

O colegiado será composto pela seguinte composição: o coordenador do curso, os docentes cadastrados e 2 discentes, reunindo-se 1 (uma) vez por módulo para avaliação do andamento das atividades e deliberações que forem encaminhadas a essa instância.

15.3 CORPO DOCENTE DO CURSO

O *campus* possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena. O quadro I apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro I. Corpo Docente

Professor de	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Enfermagem	Eleucimar Monteiro da Cunha	Mestre	40 hrs
Enfermagem	Ivan da Silva Mendonça	Mestre	40 hrs
Enfermagem	Julyanne dos Santos Nolêto	Mestre	40 hrs
Enfermagem	Thais Moreira Gomes	Especialista	40 hrs
Enfermagem	Maria Rosineide Gama Feitosa	Mestre	40 hrs
Enfermagem	Edvan Ferreira de Meneses	Mestre	40 hrs

15.4 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O *campus* também conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais.

16 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília-DF, 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Parecer nº 17 de 10 de novembro de 2020.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 4ª edição. Brasília-DF, 2020.

_____. MEC/CNE/CEB. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília-DF, 2020. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

_____. Resolução Nº 96 -CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015. Que aprova o Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

_____. Resolução Nº 63 -CONSUP/IFAM, de 24 de novembro de 2017. Que altera a Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015.

_____. Resolução Nº 47 -CONSUP/IFAM, de 14 de outubro de 2016. Que aprova as Normas e Procedimento para oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, observando o disposto no Art. 81 da Lei nº 9.394/96.

_____. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

BERBEL, N. A. N. A metodologia da problematização com o arco de Maguerez: uma reflexão teórico-metodológica. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011.

MORAES, M. C.; MANRIQUE, A. L. Educação a distância: fundamentos e metodologias. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 42ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

APÊNDICES

APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS			
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena		
Forma:	Pós-Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde

Disciplina:	Metodologia da pesquisa científica I			
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:
01	15	05	04	20
EMENTA				
<p>Ementa</p> <p>A seguinte disciplina, que será ministrada em aulas teóricas e práticas, tem a intenção de apresentar conceitos e etapas do método científico de pesquisa, abrangendo questões relacionadas às técnicas, ética, formatação e estrutura de um trabalho científico. Interdisciplinarmente, será apresentado tópicos para a realização de pesquisas relacionadas à Saúde Indígena.</p>				
PERFIL PROFISSIONAL				
Docentes de enfermagem e áreas afins.				
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO				
Ciências da Saúde				
PROGRAMA				
OBJETIVO GERAL:				
Reconhecer e produzir textos científicos, utilizando a norma padrão, e empregar técnicas de elaboração de projetos de pesquisa, visando a interdisciplinaridade investigativa em projetos ligados à Saúde Indígena.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:				
<p>Conhecer o conceito geral de Pesquisa como princípio pedagógico.</p> <p>Conhecer o conceito geral e as etapas da Metodologia Integradora de Ensino Aprendizagem.</p> <p>Conhecer o conceito e escolher o Eixo e o problema de pesquisa para o projeto de pesquisa.</p> <p>Conhecer o conceito e escrever o objetivo geral e os específicos correlacionados com</p>				

sua pesquisa.

Conhecer o conceito e escrever a metodologia apropriada aos seus objetivos.

Identificar os locais para a aplicação da pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos e aplicações da Pedagogia Baseada em Projetos.
- Conceitos e aplicações sobre método de pesquisa.

Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso

- Apresentação da disciplina e objetivo.
- Escolha do tema e justificativa.
- Definição dos objetivos do TCC.

Revisão Bibliográfica e Elaboração do Referencial Teórico

- Métodos de pesquisa bibliográfica.
- Etapas de uma pesquisa científica.
- Leitura crítica de artigos científicos.
- Elaboração do referencial teórico.

Definição da Metodologia

- Tipos de pesquisa em saúde indígena.
- Coleta de dados (observação, entrevistas, questionários).
- Análise e interpretação dos dados.

- Eixos de pesquisa dentro da Pós técnica.
- Conceitos e aplicações sobre problema de pesquisa.
- Conceitos e aplicações sobre objetivos.
- Conceitos e aplicações sobre local de pesquisa e coleta de dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografia Básica

ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos.

Curitiba: Juruá Editora. 2019.

LEITE, F. T. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Ideias & Letras. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas. 2021.


SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

ELABORADO POR: Edvan Ferreira de Meneses

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós-Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde		
Disciplina:	Território e povos indígenas no Brasil				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:	
01	15	05	04	20	
EMENTA					
Esta disciplina pretende apresentar conhecimento sobre: Território indígena e povos indígenas, a fim de produzir informação em saúde e o seu funcionamento nos DSEIs.					

PERFIL PROFISSIONAL
Docentes de enfermagem e áreas a fins.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Ciências da Saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Estudar os territórios e povos indígenas no Brasil compreendendo sua história, cultura e direitos, assim como a estrutura e o funcionamento do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), e avaliar a qualidade da atenção à saúde nos DSEIs.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<p>Compreender a história da ocupação do território brasileiro pelos povos indígenas.</p> <p>Identificar as diferentes formas de territorialidade indígena.</p> <p>Analisar os impactos do desenvolvimento econômico e social sobre os povos indígenas. Compreender os direitos dos povos indígenas no Brasil.</p> <p>Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para os povos indígenas.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Introdução: conceitos de território e territorialidade, povos indígenas no Brasil, diversidade cultural e histórica dos povos indígenas.</p> <p>História da ocupação do território brasileiro pelos povos indígenas: ocupação pré-colonial, colonização portuguesa, políticas indigenistas brasileiras.</p> <p>Formas de territorialidade indígena: territorialidade tradicional, territorialidade urbana, territorialidade transnacional.</p> <p>Impactos do desenvolvimento econômico e social sobre os povos indígenas: extrativismo, mineração, agricultura, turismo, mudanças climáticas.</p> <p>Direitos dos povos indígenas no Brasil: Constituição Federal, legislação indigenista brasileira, direitos dos povos indígenas.</p> <p>Conclusão: desafios e perspectivas para os povos indígenas no Brasil.</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Povos indígenas e a pandemia da COVID-19: impactos e desafios, de André Luiz de Carvalho e outros. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

Povos indígenas e o direito à terra no Brasil: desafios e perspectivas, de Bernardo Milanez e outros. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

Territorialidade indígena: desafios e perspectivas, de Manuela Carneiro da Cunha e outros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.


BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Desafios e perspectivas para a educação escolar indígena no Brasil, de Ana Lúcia Pontes e outros. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 97, p. 1-21, 2020.

Impactos da mineração sobre terras indígenas no Brasil, de Ana Luiza Moura e outros. Revista Ambiente & Sociedade, v. 23, n. 2, p. 1-18, 2020.

Povos indígenas e o agronegócio no Brasil: conflitos e resistências, de Bernardo Milanez e outros. Revista de Estudos Sociais, v. 22, n. 44, p. 1-22, 2019.

ELABORADO POR: Ivan da Silva Mendonça

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS					
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós- técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Saúde e doença e atenção nos territórios indígenas				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:	
01	15	05	04	20h	
EMENTA					
● Saúde, um Fenômeno Cultural.					

<ul style="list-style-type: none"> • Processo Saúde e Doença para os Não Indígenas • Do Que Adoecem e Morrem os Povos Indígenas no Brasil?
PERFIL PROFISSIONAL
Docentes de enfermagem e áreas afins.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Ciências da saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Capacitar os estudantes a compreender, analisar e abordar de forma holística os desafios de saúde enfrentados pelas populações indígenas no Brasil, incorporando uma perspectiva culturalmente sensível e desenvolvendo habilidades práticas para a promoção da saúde e prevenção de doenças nas comunidades indígenas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a capacidade dos estudantes para compreender as diversas culturas das populações indígenas no Brasil, incluindo suas crenças, práticas tradicionais e valores, para melhorar a sensibilidade cultural. (muito amplo, ser mais específico) • Capacitar os estudantes com habilidades práticas para desenvolver e implementar programas de saúde preventiva, focados na promoção da saúde e na prevenção de doenças específicas às necessidades das comunidades indígenas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Saúde, um Fenômeno Cultural.

- Diversidade cultural nas comunidades indígenas: crenças, práticas e rituais relacionados à saúde.
- Sensibilidade cultural na prestação de cuidados de saúde: desafios e estratégias.

Processo Saúde e Doença para os Não Indígenas

- Comparação de visões de saúde e doença entre as culturas indígena e não indígena.
- O conhecimento em saúde na medicina ocidental
- Principais epidemias
- Mecanismo de transmissão das doenças transmissíveis

Do Que Adoecem e Morrem os Povos Indígenas no Brasil? Vigilância epidemiológica dos povos indígenas.

- Panorama da saúde indígena no Brasil: estatísticas, indicadores de saúde e desafios.
- Principais doenças e problemas de saúde que afetam as comunidades indígenas.
- Diversidade indígena e as desigualdades em saúde
- Condições de saneamento, doenças infecciosas e parasitárias.
- Programas de prevenção e intervenção em saúde indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARNELO, L., SAMPAIO, S.S., and PONTES, A.L. Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019. 163 p. (Fazer Saúde Collection). ISBN: 978-65-5708-011-5. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080115>.

CORDEIRO, Rosa Cândida; OLIVEIRA, Washington Luan Gonçalves de; VICENTINI, Fernando (Orgs.). Saúde da população negra e indígena. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020. 282 p. il. (Coleção Pesquisas e Inovações Tecnológicas na Pós-Graduação da UFRB; volume 2).

PONTES, A. L. M.; MACHADO, F. R. S.; SANTOS, R. V. (Eds.). Políticas Antes da Política de Saúde Indígena. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. 408 p. (Saúde dos Povos Indígenas Collection). ISBN: 978-65-5708-122-8. Disponível em:


<https://doi.org/10.7476/9786557081228>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARNELO, Luiza (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. 280 p. il. Color. (Coleção Educação para Todos). ISBN: 978-85- 7994-063-7.

FERREIRA, L. O. Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. (Saúde dos Povos Indígenas Collection). ISBN: 978-85-7541-510-8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415108>.

ELABORADO POR: Thaís Moreira Gomes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPAZ				 INSTITUTO FEDERAL AMAPAZ
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena			
Forma:	Pós Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde	
Disciplina:	Política de saúde e Atenção Primária no Brasil e na Saúde Indígena			
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:
01	15	05	04	20
EMENTA				
De caráter teórico, esta disciplina pretende introduzir conhecimentos acerca das Políticas de Saúde e Atenção Primária no Brasil no contexto da Saúde Indígena.				
PERFIL PROFISSIONAL				
Docentes de Enfermagem e áreas afins				
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO				

Ciências da Saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Conhecer a Política de saúde e Atenção Primária no Brasil no contexto da Saúde Indígena
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a história das políticas de Saúde Indígena no Brasil; • Discutir os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS); • Compreender a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) no Subsistema de Saúde Indígena, bem como a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI); • Entender o modelo da Atenção Básica à Saúde de acordo com a PNASPI que direciona o trabalho das equipes multiprofissionais de Saúde Indígena.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • História das políticas de Saúde Indígena no Brasil. • Princípios e diretrizes do SUS. • Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígena (PNASPI). • Organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). • Princípios e diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB). • A Rede de atenção à saúde do Município de São Gabriel da Cachoeira.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>POLIGNANO, M.V. História das Políticas de saúde no Brasil: Uma pequena revisão. Cadernos do Internato Rural. Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União,</p>


Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n. 02, Anexo XXII, de 28 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 1990.

ELABORADO POR: Julyanne dos Santos Nolêto

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós-técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Processo de trabalho do técnico de enfermagem em enfermagem Indígena				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH semestral:	
01	15	05	04	20	
EMENTA					
De caráter teórico-prático, a disciplina busca abordar as especificidades do processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena, considerando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades indígenas no Brasil.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Docentes de enfermagem e áreas afins.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					

Ciências em Saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender o processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena, considerando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades indígenas no Brasil.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as atribuições do processo de trabalho do técnico de enfermagem na Saúde Indígena. • Identificar os desafios do processo de trabalho na Saúde Indígena. • Analisar as estratégias para a promoção da saúde e do bem-estar das comunidades indígenas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Introdução ao processo de trabalho do técnico de enfermagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito de processo de trabalho. • Atribuições do técnico de enfermagem. • Desafios do processo de trabalho do técnico de enfermagem. • Vigilância do trabalhador <p>Processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades indígenas. • Ações de saúde desenvolvidas pelo técnico de enfermagem indígena. • A ética profissional. <p>Desafios específicos do processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso aos serviços de saúde. • Preconceitos e discriminação. • Violência contra a mulher indígena. <p>Estratégias para a promoção da saúde e do bem-estar das comunidades indígenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação social;

<ul style="list-style-type: none"> • Formação e qualificação profissional. • Integração entre serviços de saúde.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ALMEIDA, M. S.; OLIVEIRA, A. P. S.; SILVA, A. A.; et al. Desafios do processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena: uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem Referência, v. 5, n. 25, p. 147-159, 2022.</p> <p>FERNANDES, P. S.; OLIVEIRA, A. P. S.; SILVA, A. A.; et al. Atuação do técnico de enfermagem indígena em saúde materno-infantil: revisão integrativa. Revista de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, v. 22, n. 1, p. 1-10, 2021.</p> <p>SILVA, A. A.; OLIVEIRA, A. P. S.; FERNANDES, P. S.; et al. Processo de trabalho do técnico de enfermagem indígena em saúde mental: revisão integrativa. Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 21, n. 2, p. 1-10, 2021.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>MENDES, V. L. (2009). A evolução da profissão de técnico de enfermagem no Brasil . Revista Brasileira de Enfermagem, 2021.</p> <p>MARTINS, L. F.; GOMES, E. S., & Silva, R. L. Equipe multidisciplinar na atenção à saúde na atenção primária : revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, 2020.</p>
ELABORADO POR: Eleucimar Monteiro da Cunha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS				 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena			
Forma:	Pós-Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde	
Disciplina:	Metodologia da pesquisa científica II			
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:

02	30	10	04	40
EMENTA				
A seguinte disciplina, que será ministrada em aulas teóricas e práticas, tem a intenção de conduzir na etapa de execução de projetos dentro do método científico de pesquisa, abrangendo questões relacionadas às técnicas, ética, formatação e estrutura de um trabalho científico. Interdisciplinarmente, será apresentado tópicos para a busca e análise de dados de pesquisas relacionadas à Saúde Indígena.				
PERFIL PROFISSIONAL				
Docentes de enfermagem e áreas a fins.				
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO				
Ciências da Saúde				
PROGRAMA				
OBJETIVO GERAL:				
Reconhecer e produzir textos científicos, utilizando a norma padrão, executar as etapas de projetos de pesquisa, visando a interdisciplinaridade investigativa em projetos ligados à Saúde Indígena.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:				
Usando a Pesquisa como princípio pedagógico, a disciplina auxiliará na escolha do: Desenvolver conhecimentos e habilidades sobre coleta de dados. Desenvolver conhecimentos e habilidades sobre análise dos dados. Desenvolver habilidades sobre ética na pesquisa e na elaboração de trabalhos acadêmicos.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Elaboração do Projeto de Pesquisa <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura do projeto de pesquisa. • Definição da amostra (caso aplicável). 				

- Cronograma de atividades.

Desenvolvimento do TCC - Prática

- Orientação individual dos projetos.
- Coleta e análise de dados.
- Redação do trabalho.
- Revisão e formatação do TCC.

Coleta e Análise de Dados

- Técnicas de coleta de dados.
- Análise estatística básica.
- Interpretação dos resultados.

Normas e Ética na Pesquisa

- Ética na pesquisa científica.
- Plágio e sua prevenção.
- Referências bibliográficas.

Escrita científica de coleta, interpretação e análise de dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografia Básica

ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos.

Curitiba: Juruá Editora. 2019.

LEITE, F. T. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Ideias & Letras. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas. 2021.

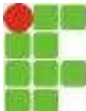
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

ELABORADO POR: Edvan Ferreira de Meneses

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Saúde da Família indígena				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral	
02	30	10	02	40	
EMENTA					
A presente disciplina, será ministrada em aulas teóricas e práticas, abordando a composição da família indígena, assim como as suas características e papéis sociais. Além do mais, trará aspectos relacionados à alimentação e nutrição, ciclo da vida, transformações, ritos de passagem e cuidados com a saúde.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Docentes de enfermagem e áreas afins.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ciências da Saúde					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					

Refletir sobre o trabalho do técnico em enfermagem e da EMSI nas atividades de prevenção, proteção e recuperação da saúde e nas ações de promoção da saúde junto com a comunidade, setores governamentais, sociedade indígena e não indígena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a importância trabalho do técnico em enfermagem e da EMSI nas atividades de prevenção, proteção e recuperação da saúde da população indígena;
- Identificar a importância da alimentação e nutrição para o cuidado na saúde indígena;
- Entender o ciclo da vida na família indígena.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A família indígena

- O casamento e a constituição da família.
- A medicina tradicional dos povos indígenas.

Saúde, alimentação e nutrição nas famílias indígenas

IX. Alimentação e cultura.

X. A alimentação dos brasileiros.

XI. O que é nutrição?

XII. O caminho da comida.

XIII. Regras de alimentação.

XIV. Mudança na alimentação dos povos.

XV. A contaminação dos alimentos.

XVI. Segurança alimentar e nutricional sustentável.

XVII. Conversando com a família e a comunidade sobre alimentação e nutrição.

O ciclo da vida

- Fases da vida na sociedade ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TRONCARELLI, M.C.; WÜRKER, E.; MENDONÇA, S. (Org.). Watpiro miran Livro sobre nutrição. **Curso de Formação de Agentes Indígenas de Saúde do**

Parque Indígena do Xingu/ Unifesp. Professores e agentes indígenas de saúde Ikpeng. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Literaterras, 2012.

TRONCARELLI, M. C.; WÜRKER, E.; MENDONÇA, S. (Org.). **Koa ka'rana ore jemu'e awera imome'wawa. Valor nutritivo dos alimentos, saúde bucal e prevenção da desnutrição.** Curso de Formação de Agentes Indígenas de Saúde do Parque Indígena do Xingu/Unifesp. Professores e agentes de saúde Kawaiwete. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Literaterras, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Departamento de Medicina Preventiva. Projeto Xingu. **Caderno de Atividades do Curso de Formação de Agentes Indígenas De Saúde - Médio e Baixo Xingu. Área Curricular**


I. "Conhecendo a família indígena / Promovendo a troca de experiências" . Módulo – Saúde Bucal e Vigilância Nutricional. Mimeo, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

WÜRKER, E.; TRONCARELLI, M. C. (Org.). **Apostila de Antropologia.** Curso de Formação de Professores para o Magistério Urucum/Pedra Brihante, 2017.

São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2003. WÜRKER, E. (Org.). **Saúde, nutrição e cultura no Xingu.** São Paulo: Instituto Socioambiental/Associação Terra Indígena Xingu/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ELABORADO POR: Maria Rosineide Gama Feitosa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS					
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós- Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Saúde da Mulher Indígena				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:	
02	30	10	04	40	

EMENTA
A seguinte disciplina, que será ministrada em aulas teóricas e práticas, tem a intenção de abordar os aspectos biológicos, culturais, sociais e políticos da saúde das mulheres indígenas no Brasil.
PERFIL PROFISSIONAL
Docentes de enfermagem e áreas afins.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Ciências da Saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender as especificidades da saúde das mulheres indígenas no Brasil, bem como as desigualdades e vulnerabilidades a que estão expostas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo de gravidez e cuidados prestados; • Identificar os cuidados e sinais de perigos na gravidez; • Entender os cuidados realizados pelas mulheres indígenas durante a gravidez e puerpério.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>A gravidez</p> <ul style="list-style-type: none"> • O sistema reprodutor da mulher e do homem; • A passagem da infância para a juventude na mulher; • A relação sexual entre o homem e a mulher; • Como acontece a gravidez; • Por que é importante conhecer essas modificações? <p>O pré-natal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como podemos confirmar uma gravidez?

- O que fazer depois de confirmada a gravidez?
- O registro das informações;
- Procedimentos específicos do pré-natal;
- Como fazer a avaliação nutricional da gestante?
- A saúde bucal das gestantes;
- Sinais de perigo na gestação

O parto e o puerpério

- Os tipos de parto;
- A história do parto na biomedicina
- O período do puerpério.
- Violência obstétrica

Planejamento familiar

Menopausa e climatério

Câncer de mama e colo de útero

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Política Nacional de Atenção à Saúde da População Indígena** (PNASPI). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: Uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Márcia Siqueira de. **Saúde da mulher indígena: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, P. S.; CARDOSO, C. F. **Mortalidade materna entre mulheres indígenas no Brasil: tendência e diferenciais sócio demográficos**. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 22, n. 1, p. 103-114, 2022.

SILVA, M. A.; ALMEIDA, M. S. **Violência sexual contra mulheres indígenas: revisão integrativa da literatura**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, n. 2, e20210040, 2022.

ELABORADO POR: Maria Rosineide Gama Feitosa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS



Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena			
Forma:	Pós-Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde	
Disciplina:	Saúde da criança Indígena			
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:
02	30	10	02	40
EMENTA				
A alimentação do recém-nascido; recém-nascido e primeira infância; Crescimento e desenvolvimento na infância; Agravos e doenças mais comuns na infância: Educação em saúde para crianças indígenas.				
PERFIL PROFISSIONAL				
Docentes de enfermagem e áreas a fins.				
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO				
Ciências da Saúde				
PROGRAMA				
OBJETIVO GERAL:				
Capacitar profissionais da saúde para o atendimento integral da saúde da .criança indígena				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:				
<ul style="list-style-type: none">Fornecer aos profissionais de enfermagem conhecimentos sobre a saúde da criança indígena, incluindo aspectos biológicos, sociais e culturais;				

- Desenvolver habilidades para o atendimento da saúde da criança indígena, incluindo ações de promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos biológicos da saúde da criança indígena:

- Desenvolvimento físico e mental
- Doenças transmissíveis e não transmissíveis: Doenças infecciosas: Malária, tuberculose, hanseníase, sarampo, rubéola, entre outras.
- Doenças parasitárias: Doença de Chagas, esquistossomose, tricomoniase, entre outras.
- Doenças sexualmente transmissíveis: HIV/AIDS, sífilis, gonorreia,
- Nutrição
- Saúde bucal

Aspectos sociais e culturais da saúde da criança indígena:

- Organização social e cultural dos povos indígenas
- Práticas de saúde tradicionais
- Relações interétnicas

Atenção à saúde da criança indígena:

- Promoção da saúde
- Prevenção de doenças
- Diagnóstico e tratamento
- Interação com a família e a comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BARBOSA, L. M.; ALMEIDA, J. S.; SANTOS, J. M. (Orgs.). Saúde da Criança Indígena. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

OLIVEIRA, M. L.; MENDONÇA, J. A. M. Saúde da Criança Indígena: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 2019.


BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, L. M.; ALMEIDA, J. S.; SANTOS, J. M. (Orgs.). Saúde da Criança Indígena. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

ELABORADO POR: Ivan da Silva Mendonça

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPAZ				
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena			
Forma:	Pós- técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde	
Disciplina:	Saúde do jovem, do adulto e do idoso indígena.			
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:
02	30	10	04	40
EMENTA				
A disciplina "Saúde do Jovem, do Adulto e do Idoso Indígena" abrange uma análise profunda dos desafios e práticas relacionados à saúde nas comunidades indígenas. Explorando desde as questões enfrentadas pelos jovens até as preocupações de saúde na terceira idade, o curso aborda temas como saúde mental, prevenção de doenças, bem-estar emocional, uso de substâncias, e estratégias de cuidado específicas para cada faixa etária. Com uma abordagem interdisciplinar e culturalmente sensível, busca-se compreender e promover a saúde integral desses grupos, respeitando suas tradições e valores.				

PERFIL PROFISSIONAL
Docentes de enfermagem e áreas afins.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Ciências da saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Desenvolver competências e habilidades nos técnicos em enfermagem para promover a saúde e o bem-estar ao longo do ciclo de vida, com foco nas peculiaridades e necessidades dos jovens, adultos e idosos indígenas, considerando aspectos culturais, sociais e epidemiológicos específicos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os desafios de saúde enfrentados pelos jovens indígenas, incluindo questões de saúde mental, sexual e reprodutiva. • Analisar e desenvolver estratégias de prevenção para as principais condições de saúde que afetam os adultos indígenas, como doenças crônicas, nutrição, saúde mental e doenças infecciosas. • Identificar as demandas de saúde dos idosos indígenas e capacitar profissionais de saúde para fornecer cuidados às doenças relacionadas ao envelhecimento, cuidados paliativos, saúde mental e qualidade de vida.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. Jovem Indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução à realidade dos jovens indígenas: desafios sociais, culturais e de saúde. • Promoção de hábitos de vida saudáveis: nutrição, atividade física e práticas tradicionais. • Prevenção de doenças: vacinação, higiene e acesso a cuidados de saúde. <p>2. Saúde do Adulto Indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doenças crônicas e nutrição: estratégias de prevenção, diagnóstico e manejo.

- Uso de plantas medicinais e práticas tradicionais na promoção da saúde do adulto indígena.

3. Envelhecimento e Saúde do Idoso:

- Doenças geriátricas comuns: demência, osteoartrite, diabetes e hipertensão arterial.
- Cuidados paliativos e qualidade de vida no envelhecimento.
- Promoção da autonomia e independência: adaptações no ambiente doméstico e acessibilidade.
- Valorização dos idosos e preservação da memória cultural.

4. Bem Viver e Saúde Mental:

- Filosofia do "Bem Viver" nas culturas indígenas: equilíbrio, conexão com a natureza e espiritualidade.
- Promoção do autocuidado e resiliência emocional.
- Terapias alternativas: arteterapia, musicoterapia e práticas corporais tradicionais.
- Prevenção do estigma em torno das doenças mentais nas comunidades indígenas.

5. Suicídio entre Povos Indígenas:

- Fatores de risco e proteção: compreensão das causas subjacentes ao suicídio nas comunidades indígenas.
- Estratégias de prevenção: intervenções comunitárias, apoio psicossocial e acesso a serviços de saúde mental.
- Identificação de sinais de alerta e intervenção em situações de crise.
- Papel dos técnicos em enfermagem na prevenção do suicídio: sensibilização, apoio e encaminhamento adequado

6. Uso de Bebidas Alcoólicas e Outras Drogas:

- Drogas lícitas e ilícitas
- Intervenções de redução de danos: abordagens para minimizar os impactos negativos do uso de substâncias.
- Reabilitação e reintegração: programas de tratamento, apoio psicológico e reinserção social.
- Papel das lideranças comunitárias na prevenção do uso de substâncias:

sensibilização e mobilização social.

7. Infecções Sexualmente Transmissíveis:

- Educação sexual nas comunidades indígenas: respeito, consentimento e prevenção de doenças.
- Métodos de prevenção: preservativos, testagem e tratamento.
- Abordagem das ISTs de forma sensível à cultura: quais são as IST's, com respeito às crenças e práticas tradicionais.
- Combate ao estigma em torno das ISTs: educação pública, sensibilização e apoio aos afetados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas: Tecendo Redes para Promoção do Bem Viver. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Ministério da Saúde. Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira. Organizado por Renato Minoru Yamamoto. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. 239 p.

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Domiciliar. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

ELABORADO POR: Thaís Moreira Gomes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS



Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena			
Forma:	Pós-Técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde	
Disciplina:	Metodologia da pesquisa científica III			
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:
03	30	10	04	40

EMENTA

A disciplina será ministrada em aulas teóricas e práticas e possibilitará ao aluno concluir o trabalho de intervenção ou a pesquisa relacionada à saúde indígena, para que o mesmo possa aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos nas disciplinas ofertadas pelo referente curso.

PERFIL PROFISSIONAL

Docentes de enfermagem e áreas a fins.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

Ciências da Saúde

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Conduzir os estudantes para a conclusão projeto de curso que foi aplicado à realidade da saúde indígena, e aos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Especialização Técnica em Saúde Indígena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Usando a Pesquisa como princípio pedagógico, a disciplina auxiliará na escolha do:
Desenvolver conhecimentos e habilidades para a Conclusão do projeto.

Desenvolver conhecimentos e habilidades para a apresentação do projeto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Elaboração de Trabalhos Científicos

- Estrutura de um trabalho científico.
- Formatação de texto, tipos citações e referências.
- Uso de software de editoração (por exemplo: Microsoft Word).

Desenvolvimento do TCC - Prática

- Orientação individual dos projetos.
- análise de dados.
- Redação do trabalho.
- Revisão e formatação do TCC.

Análise de Dados

- Análise estatística básica.
- Interpretação dos resultados.

Apresentação de Resultados

- Preparação de apresentações acadêmicas.
- Técnicas de comunicação oral.
- Uso de recursos visuais (slides, gráficos, imagens).
- Apresentação oral dos TCCs.
- Discussão e avaliação dos trabalhos.

Escrita científica de coleta, interpretação e análise de dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografia Básica

ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá Editora. 2019.

LEITE, F. T. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Ideias & Letras. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas. 2021.


SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

ELABORADO POR: Edvan Ferreira de Meneses


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS					 INSTITUTO FEDERAL AMZNAS
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós-Técnico	Eixo Tecnológico:			
Disciplina:	Urgências e emergências na Saúde Indígena				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:	
03	30	10	05	40	
EMENTA					
De caráter teórico-prático, esta disciplina pretende introduzir conhecimentos específicos sobre situações de urgência e emergência mais frequentes nas comunidades indígenas, considerando suas especificidades.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Docentes de Enfermagem e áreas afins					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ciências da Saúde					

PROGRAMA	
OBJETIVO GERAL:	
Desenvolver habilidades e prestar assistência integral e humanizada de enfermagem no atendimento em situações de urgência e emergência nas comunidades indígenas.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver habilidades para realizar o protocolo de atendimento no Suporte Básico de Vida; • Aprimorar os conhecimentos de primeiros socorros para a manutenção da vida e prevenir complicações até a chegada de atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada comunidade indígena; • Reconhecer e intervir em situações de urgências e emergências obstétricas. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ul style="list-style-type: none"> • O que é urgência e emergência para cada povo Indígena? • Suporte Básico de Vida adulto e pediátrico • Acidentes com animais peçonhentos • Intoxicação ou envenenamento • Queimaduras e afogamento • Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE), desmaio, convulsão, hemorragia. • Atendimento às emergências traumáticas e não-traumáticas • Urgências e Emergências obstétricas 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>SILVA, M.S. Yellowbook Enfermagem: Fluxos e Condutas em Urgência e Emergência. 1. Ed. São Paulo: Sanar, 2021.</p> <p>VELASCO, I.T. <i>et. al.</i> Medicina de Emergência: Abordagem Prática. 15. Ed. São Paulo: Manole, 2021.</p> <p>AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques da American Heart Association. Atualizações das diretrizes de RCP e ACE. Guideline 2020.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolos de Intervenção para o SAMU 192** - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolo de Suporte Avançado de Vida Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

ELABORADO POR: Julyanne dos Santos Nolêto

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós técnico	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Promoção e educação em Saúde Indígena				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:	
03	15	05	04	20	
EMENTA					
Esta disciplina busca estudar a educação indígena, educação escolar e educação popular e a importância destes modos de educar para o trabalho do técnico em enfermagem e da equipe multidisciplinar de saúde indígena.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Docentes de enfermagem e áreas afins.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ciências da Saúde					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					

Conhecer e desenvolver os materiais educativos que podem ser usados no trabalho em saúde do técnico em enfermagem e da equipe multidisciplinar de saúde indígena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Obter conhecimento para construção do diagnóstico comunitário através da identificação da necessidade de saúde da população assistida;
- Conseguir identificar os problemas para propor ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças;
- Despertar iniciativas para realização de ações de educação em saúde e do fortalecimento da participação social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O diagnóstico comunitário como ferramenta para organização do trabalho da equipe de saúde.

- Construindo o Diagnóstico comunitário;
- Importância do diagnóstico comunitário para o trabalho da equipe de saúde;

Como podemos trabalhar a promoção da saúde?

- Cuidar da saúde não é só tomar remédio, é também cuidar da terra;

Educação indígena, educação escolar e educação em saúde.

- Educação em saúde;
- O papel da equipe na educação em saúde;
- É conversando que se aprende;

Os materiais educativos na educação e saúde

- O que são materiais educativos;
- Tipos de materiais educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, J. Trajetórias de muitas perdas e poucos ganhos. In: **Educação escolar**

índigena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2014.

JUNIOR, A.M, **Culturas e história dos povos indígenas** [recurso eletrônico]/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020 ISBN 978-65-5706-366-8 DOI 10.22533/at.ed.668201609.

SANTOS,S.A.(Org.). **Curso de educação popular e saúde.** Rio de Janeiro: ENSP, 2013.


Vídeo nas aldeias. Disponível em: <
<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/areas.php>>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSUNPÇÃO, R. (Org.) **Educação Popular na perspectiva freiriana.** São Paulo: ed. e Livraria Instituto Paulo Freire; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho de saúde: **A responsabilidade do controle social democrático do SUS.** Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde . Brasília: ed. do Ministério da Saúde, p. 26 2012.

ELABORADO POR: Maria Rosineide Gama Feitosa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS					
Curso:	Especialização Técnica em Saúde Indígena				
Forma:	Pós técnica	Eixo Tecnológico:	Ambiente a Saúde		
Disciplina:	Saúde e natureza				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH Semanal:	CH Semestral:20	
03	15	05	04	20	
EMENTA					

De caráter teórico-prático esta disciplina abordará conteúdos sobre as relações entre saúde, natureza e cultura das populações indígenas no Brasil.
PERFIL PROFISSIONAL
Docentes de enfermagem e áreas afins.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Ciências da Saúde
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender as relações entre saúde, natureza e cultura das populações indígenas no Brasil.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os conhecimentos e práticas tradicionais de saúde indígenas. ● Identificar os desafios e potencialidades da saúde indígena no contexto da contemporaneidade. ● Desenvolver uma visão crítica sobre as relações entre saúde, natureza e cultura.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Introdução à saúde e natureza para a população indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de saúde. ● Conceito de natureza. ● Conceito de cultura. ● Saúde e natureza nas populações indígenas. ● Vigilância Ambiental e Vigilância sanitária. <p>Conhecimentos e práticas tradicionais de Saúde Indígenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Medicina tradicional indígena. ● Plantas medicinais. ● Ritualismo.

Desafios e potencialidades da saúde indígena no contexto da contemporaneidade:

- Influências da cultura ocidental.
- Pobreza e vulnerabilidade social.
- Desmatamento e poluição.

Perspectivas para a saúde indígena:

- Políticas públicas relacionadas à saúde natureza.
- Participação indígena no controle social.
- Educação e conscientização ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Política Nacional de Atenção à Saúde da População Indígena (PNASPI). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Márcia Siqueira de. Saúde da mulher indígena: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Hucitec, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Márcia Siqueira de. A saúde humana e a natureza: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 6, p. 2229- 2242, 2020.

AGUIAR, Maria Clara de; SOUZA, Maria Inês de. Impactos da urbanização na saúde humana e na natureza. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2021.

ELABORADO POR: Eleucimar Monteiro da Cunha



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 41/2024 - CGEPT/REIT (11.01.01.04.02.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 07 de Outubro de 2024

PPC_-_Especializao_Tcnica_em_Sade_Indgena_FINAL.pdf

Total de páginas do documento original: 91

(Assinado digitalmente em 07/10/2024 14:48)

BRENDA LOPES HOORNWEG VAN RIJ

COORDENADOR

1813610

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **41**, ano: **2024**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de
Assinatura: **07/10/2024** e o código de verificação: **12c17fdf50**